

SUBSÍDIOS PARA UMA NOVA DIVISÃO POLÍTICA DO BRASIL

I) EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA DIVISÃO TERRITORIAL

ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA
IGNEZ AMELIA L. TEIXEIRA GUERRA

1) *Formação do quadro político*

A primeira divisão territorial do Brasil ocorreu em 1534 e foi realizada por D. João III, rei de Portugal, que dividiu a Colônia prosseguindo na técnica que tantos frutos produziu nas ilhas do Atlântico, em capitanias, com 50 léguas de costa cada uma. MARTIM AFONSO DE SOUSA, procedera a um inquérito preliminar. Na expedição exploradora, tomara parte seu irmão PÊRO LOPES DE SOUSA que nos deixou um diário de viagem que pode servir ao conhecimento do que era então o litoral brasileiro como área disputada por nações européias. (Fig. 1). Essas capitanias partiam tôdas do litoral para o interior, até entestarem com os limites das possessões espanholas, segundo fôra firmado no "Tratado de Tordesilhas".

O regime das capitanias hereditárias, quase autônomas, não deu os resultados previstos. Um "governo geral", com sede na Bahia, passou a coordenar a administração do Brasil, iniciativa que fomentou o espírito de unidade política. (1549). Por alguns anos estêve o Brasil dividido em dois governos (1572-1577) — um ao Norte, com sede na cidade de Salvador, outro ao Sul, sediado em São Sebastião do Rio de Janeiro, visando a defender melhor a terra. Todavia reconheceu depressa a metrópole os perigos dessa divisão em dois governos, que punha em jôgo a unidade da colônia, difficilmente conseguida pelos esforços do primeiro e terceiro governadores gerais sem que se registrassem frutos apreciáveis. Por isso, a 12 de abril de 1577 foi restabelecida a unidade administrativa.

Durante o domínio espanhol (1580-1640) estêve novamente o Brasil, por alguns anos (1608-1612) dividido administrativamente em duas grandes unidades.

Em 1621 em face do imperativo geográfico, procedeu-se à grande divisão. o estado do Maranhão e Grão Pará, com administração autônoma e o estado do Brasil.

A medida que as terras eram desbravadas, conquistadas aos índios ou estrangeiros, a metrópole criava novas unidades administrativas.

Nota — O autor agradece as informações que foram dadas pelos colegas JOSÉ CEZAR DE MAGALHÃES e MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE. De grande valia foram as notas e as ponderações feitas nos originais pelos professores ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS, DEMÓSTENES DE OLIVEIRA DIAS e coronel OSMAR CHAVES. Colaboraram na pesquisa CARLOS GOLDENBERG, HENRIQUE SANT'ANA e MARIA LUISA BEHRENSDORF.

A primitiva divisão das capitanias, feita por “léguas de testada”, dera ensejo a absurdos enormes na repartição das terras, observando-se, portanto, a necessidade de uma melhor subdivisão.

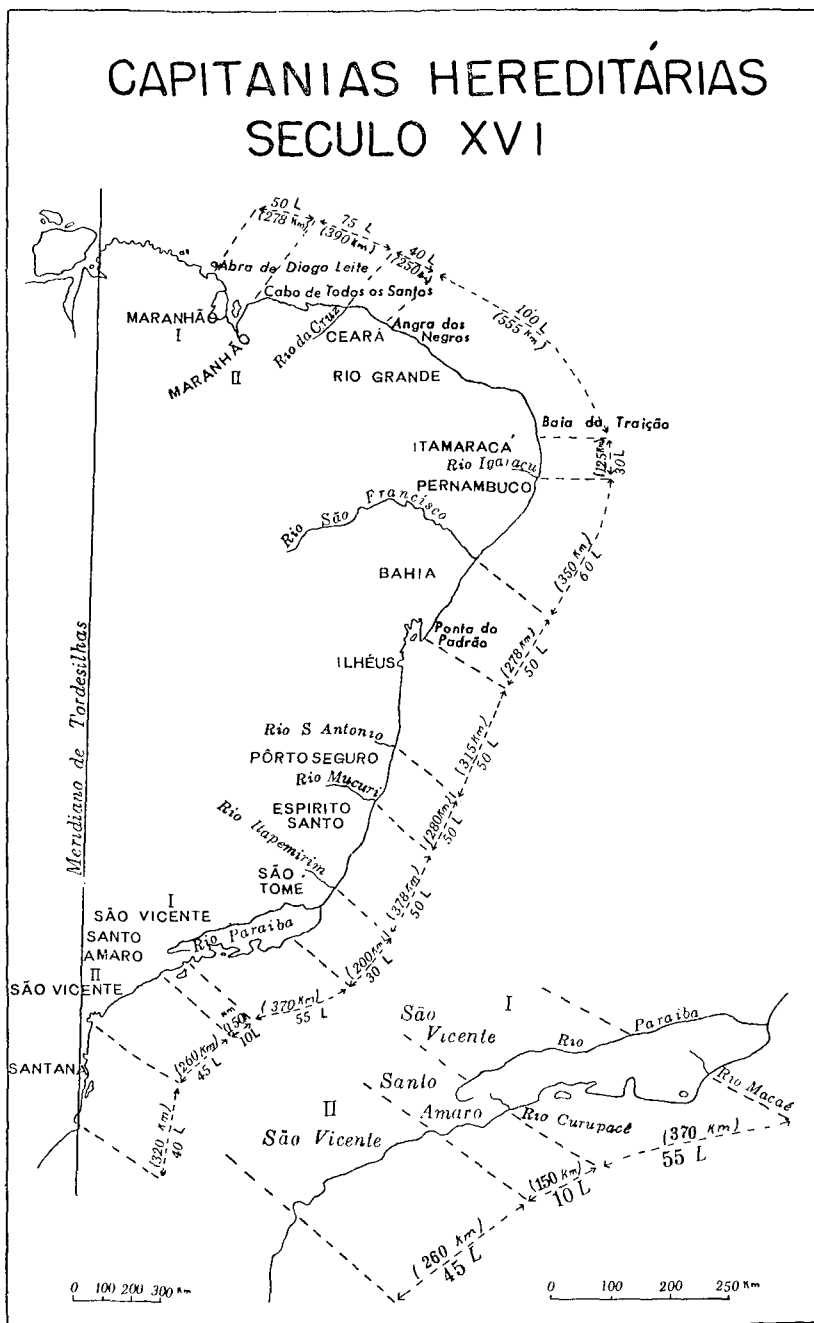


Fig 1

Com o desenvolvimento cada vez mais crescente da mineração em Minas Gerais e a tensão que se criara ao sul, no conflito com os espanhóis do Prata, realizou-se a mudança da capital do Brasil, da Bahia

para o Rio de Janeiro, em 1763, condicionada, portanto, a motivos de segurança e conveniência político-administrativa.¹

A subdivisão do território foi-se realizando, à medida que se processava a ampliação da base física, até que no momento da Independência, o Brasil compunha-se de dezenove "capitanias", que passaram a se chamar "províncias".

Mesmo depois da Independência novas modificações se verificam no quadro territorial, como: a criação do Município Neutro em 1834, pelo Ato Adicional, da província do Amazonas, constituída da antiga comarca do Alto Amazonas, pertencente ao Pará (1850); da província do Paraná, formada da comarca de Curitiba, pertencente a São Paulo (1853); e, já na República, com a anexação do Acre como território ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903 e a separação do arquipélago de Fernando de Noronha do estado de Pernambuco, transformado em território federal, em 9 de janeiro de 1942. Posteriormente, nova alteração no quadro político se realizou com a criação, em 1943, dos territórios federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé (atual Rondônia), Ponta Porã e Iguaçu, estes dois últimos extintos pela Constituição de 1946.²

Verifica-se, portanto, que embora, de maneira geral, tenha sido mantida, desde a Independência, a divisão territorial oriunda das primitivas capitanias hereditárias, posteriormente incorporadas à Coroa, e das capitanias reais, quase tôdas de áreas desiguais, sempre existiu a necessidade de melhor redistribuição das unidades administrativas.

2) *Tentativas de subdivisão no Império e na República*

A) ANTÔNIO CARLOS — Foi êste o primeiro brasileiro que viu com precisão o problema da redivisão racional do Brasil. Quando a Assembléia Constituinte brasileira elaborava a carta magna do país, ANTÔNIO CARLOS propôs se fizesse nova e racional divisão territorial. Seu projeto estabelecia, no art. 2.º, que se faria "do território do Império conveniente divisão em comarcas, destas em distritos e dêstes em termos; e nas divisões se atenderia aos limites naturais e igualdade de população quanto fôsse possível". Esta divisão assemelha-se ao princípio francês de departamentos, prefeituras, subprefeituras e comunas.

¹ A propósito da mudança da capital e o seu significado geopolítico no passado, e a instalação de Brasília no presente, assim se exprimiu o Ten Cel JOÃO BATISTA PEIXOTO em seu artigo intitulado: "A mudança da capital e a redivisão territorial, dois magnos problemas geopolíticos contra os quais não se têm argumentos: "O Rio de Janeiro passou a ser capital do país em 1763. Até então a sede do govêrno geral era na Bahia. A mudança da metrópole foi determinada principalmente por questão de segurança

A baía de Guanabara oferecia às naus um ancoradouro excepcionalmente abrigado e seguro. As elevações existentes em tôrno da mesma, facilitavam extraordinariamente a defesa da cidade" (In: "A Defesa Nacional" ano XLII, n.º 494, p. 63)

² O major ALFREDO CORREIA LIMA em seu artigo intitulado: "Redivisão territorial do Brasil" diz com muita justeza: "Ora a tradição histórica, como já vimos, é divisionista. Não há lastro histórico que justifique a teimosia em manter o que aí está, porque a atual formação territorial surgiu após muitos cortes e recomposições. Quanto aos desatinos regionalistas não nos parece dúvida de que terão de ser combatidos duramente" (In "A Defesa Nacional" ano XL, n.º 469 p. 152)

Esta proposta não foi aceita, tendo-se estabelecido, na Constituição de 25 de março de 1824, outorgada por D. PEDRO I, e que regeu o país durante todo o regime monárquico, o seguinte: Art. 2º “O seu território (do Brasil) é dividido em províncias, na forma em que atualmente se acha, as quais poderão ser subdivididas como o pedir o bem do Estado”.

Esta Constituição foi ampliada pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 que, entre outras medidas de caráter político-administrativo, criou o Município Neutro, constituído pela cidade do Rio de Janeiro e cercanias, a fim de separar a capital do Império, do território da província do mesmo nome, cuja capital passou a ser Niterói.

B) VARNHAGEN — Visconde de Pôrto Seguro — Em 1849 repetiu-se uma tentativa de divisão territorial, baseada em princípio científico, a qual foi exposta num folheto intitulado “Memorial Orgânico”, de autoria de FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN. Dividia o território do Brasil em 22 províncias (Fig 2).

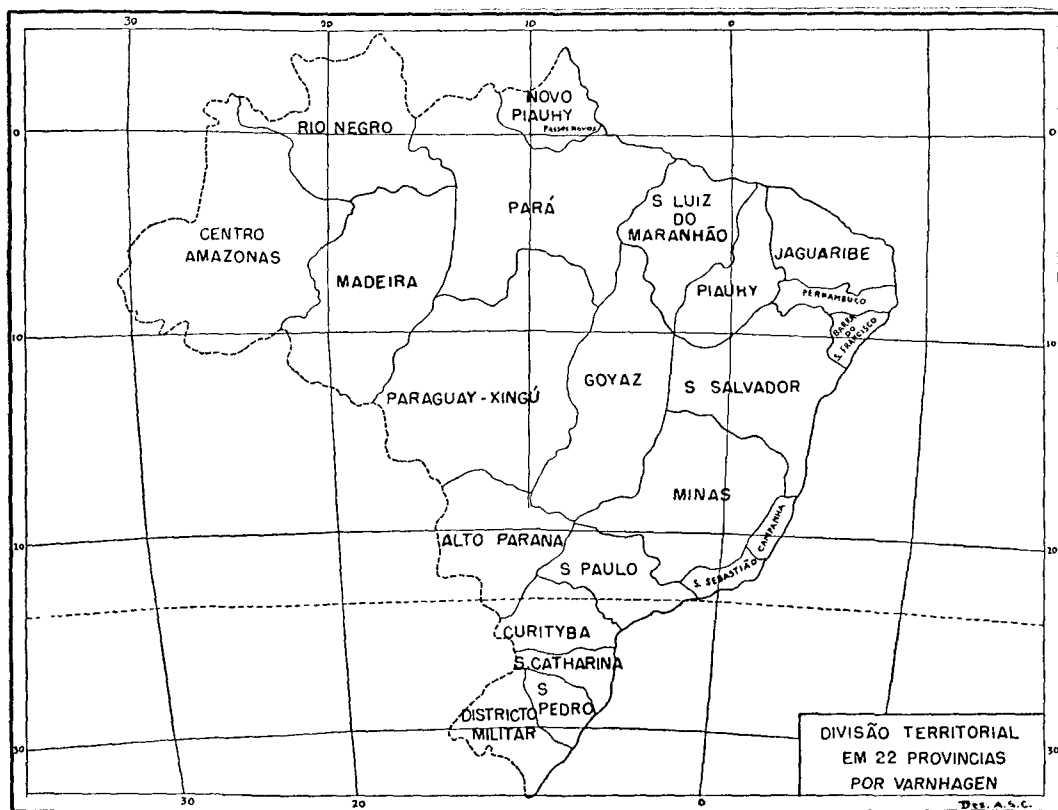


Fig 2 — NOTA — Mantivemos a grafia do original

C) FAUSTO DE SOUSA — Sugeriu em 1880 nova reforma administrativa do império, em monografia na qual propunha o aumento do número de províncias para 40, diminuindo a área de cada uma, de modo semelhante às comarcas propostas por ANTÔNIO CARLOS (Fig. 3).

D) QUINTINO BOCAIUVA — Na sua propaganda republicana, fez várias conferências, batendo-se por uma melhor divisão territorial. Suas

ponderadas sugestões não foram seguidas pela Constituinte Republicana de 1890, na qual este assunto foi bastante debatido, havendo várias propostas como a de J. P. MAGALHÃES CASTRO — pedindo que províncias sem população e sem recursos constituíssem territórios; a de COSTA MACHADO, para dividir os estados de modo conveniente; a de FELISBELO FREIRE, TOMÁS DELFINO e PINHEIRO GUEDES — propondo que o território fôsse dividido em tantas porções quantas fôsem necessárias para que cada estado tivesse, aproximadamente, a mesma extensão e limites naturais

Pelo decreto n.º 510, de junho de 1890, o governo provisório estabeleceu o seguinte:

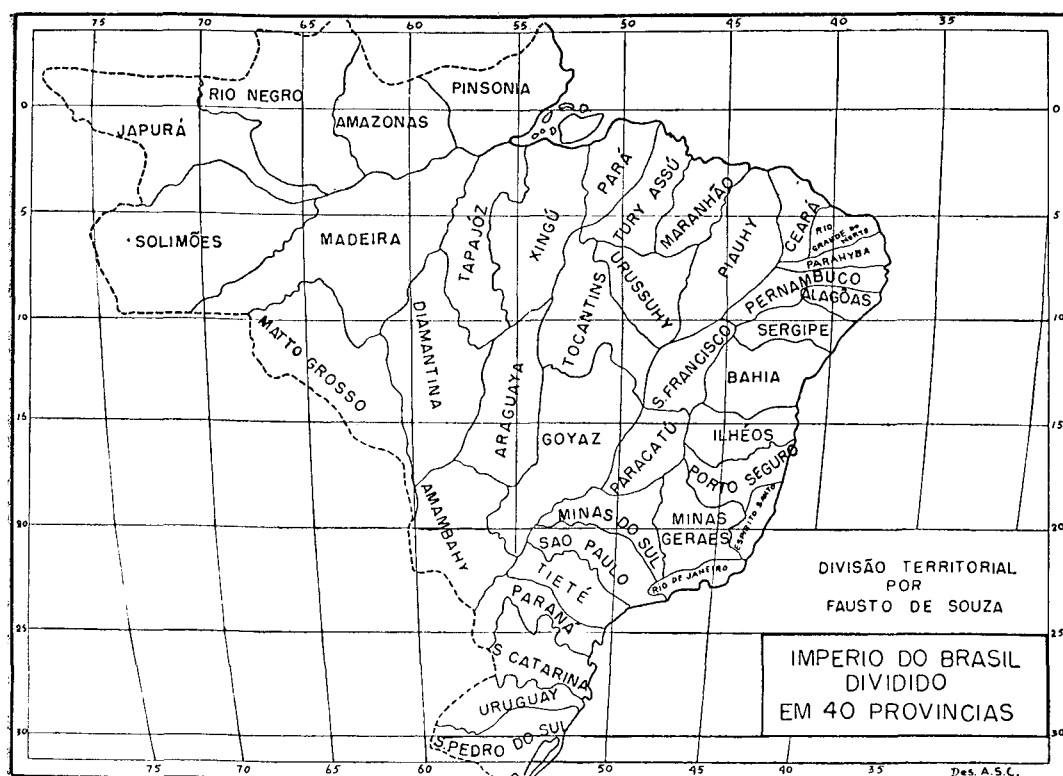


Fig 3 — NOTA — Mantivemos a grafia do original

Art. 1.º — “A Nação Brasileira constituiu-se, pela união perpétua e indissolúvel entre as antigas províncias, em estados do Brasil”.

Art. 2.º — “Cada uma das antigas províncias formará um estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a capital da União enquanto outra coisa não deliberar o Congresso”.

Art. 3.º — “Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos estados mediante aquiescência das respectivas populações”.

Estas disposições foram conservadas na Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, acrescentando-se, no entanto, o dispositivo, que determinava ficar pertencendo à União, no Planalto Central, uma área para o estabelecimento oportuno da capital federal, e, que por esta ocasião o atual Distrito Federal passaria a constituir um estado. É de registrar-se que, no império houve vários projetos de criação de várias províncias, com o que se faria evidentemente, a modificação do quadro fronteiriço do país. Em nenhum momento, porém, os projetos mereceram o apoio do poder público, pelo que não passaram de idéias sem a necessária repercussão.

3 — *Novas tentativas de subdivisão apresentadas depois de 1930*

Após a revolução de 1930, novamente foi ventilada a idéia de melhor dividir o quadro político do Brasil.



Fig 4 — NOTA — Mantivemos a grafia do original

A necessidade da redivisão era exposta por seus defensores em artigos nos jornais, em revistas, em livros, por meio de conferências; enfim, era tãda uma opinião de homens cultos que se batiam por um ideal que êles consideravam de grande importância para “um justo e previdente equilíbrio da pátria”.

Entre os propugnadores da divisão racional podemos citar o então major JOÃO SEGADAS VIANA (Fig. 4), M. A. TEIXEIRA DE FREITAS (Fig. 5),

SUD MENUCCI (Fig. 6), ARI MACHADO GUIMARÃES (Fig. 7), HENRIQUE LAJE, DR. TEODORO FIGUEIRA DE ALMEIDA, RAUL VIEIRAS, coronel RAUL BANDEIRA DE MELO, JUAREZ TÁVORA (Fig. 8), EVERARDO BACKHEUSER, THIERS FLEMING e muitos outros.

Analisaremos mais detidamente as opiniões dos eminentes mestres EVERARDO BACKHEUSER e M. A. TEIXEIRA DE FREITAS.

EVERARDO BACKHEUSER — expôs suas idéias num livro intitulado “Problemas do Brasil” da coleção Omnia — Série A — Política, n.º 1, datado de 1933, Rio de Janeiro (173 páginas e 1 mapa).



Fig 5 — NOTA — Mantivemos a grafia do original

Considera como princípio científico fundamental da subdivisão de territórios de um país, a *equipotência*. “As diversas partes constitutivas do todo devem ser mais ou menos equivalentes, não apenas em área mas em eficiência econômica e política”. É claro que não é possível um equilíbrio equipotencial perfeito, irrealizável na prática, admite o autor,

que é contrário a todo e qualquer regionalismo que possa prejudicar a subdivisão, só se devendo levar em conta o bem comum da pátria “A presente divisão territorial do Brasil é má, é ruim, é péssima para a manutenção da unidade nacional, por isso que, evidentemente, se afasta do tipo médio da equipotência que é o “optimum” para a conservação da unidade”.³ Todos os autores que têm tratado dêste assunto são unâni-
mes em afirmar que o Brasil não pode continuar a manter esta divisão política herdada das capitanias hereditárias. Nós não pretendemos ser tão revolucionários e acreditamos que se poderia melhorar sensivelmente

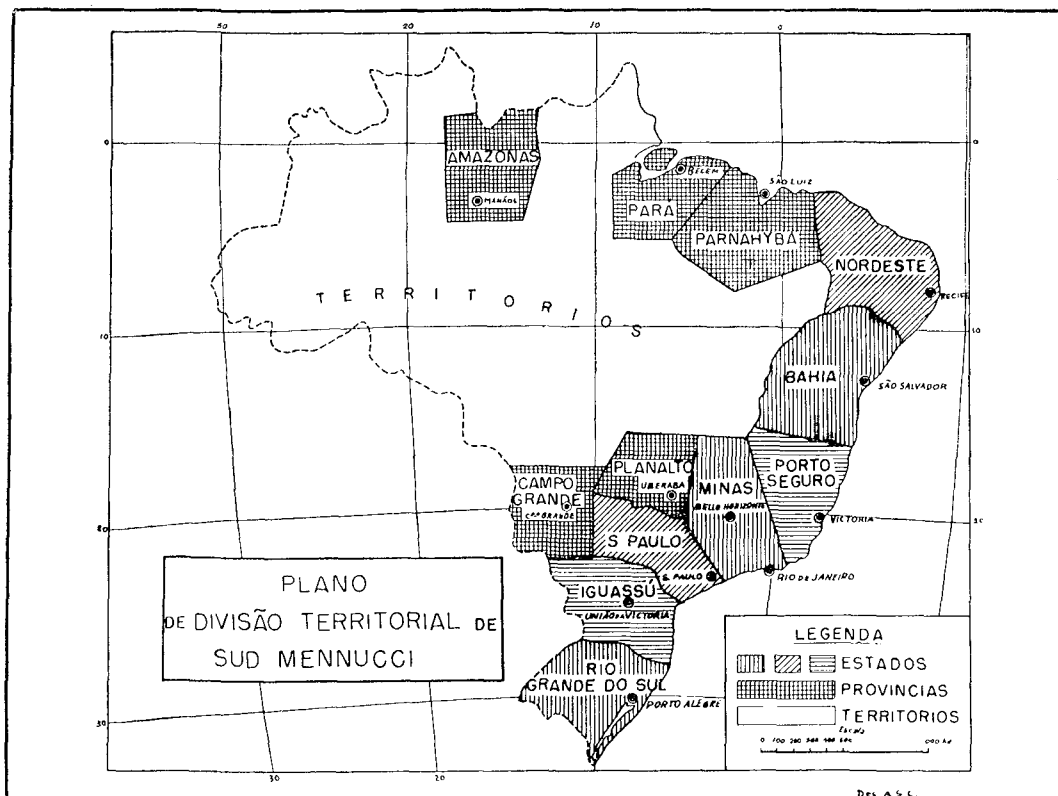


Fig 6 — NOTA — Mantivemos a grafia do original

a situação existente, fazendo-se reparos por fases. O tenente-coronel João BATISTA PEIXOTO diz a respeito: “Ninguém de bom senso pode deixar de reconhecer a chocante desigualdade que se observa na distribuição do patrimônio territorial brasileiro.

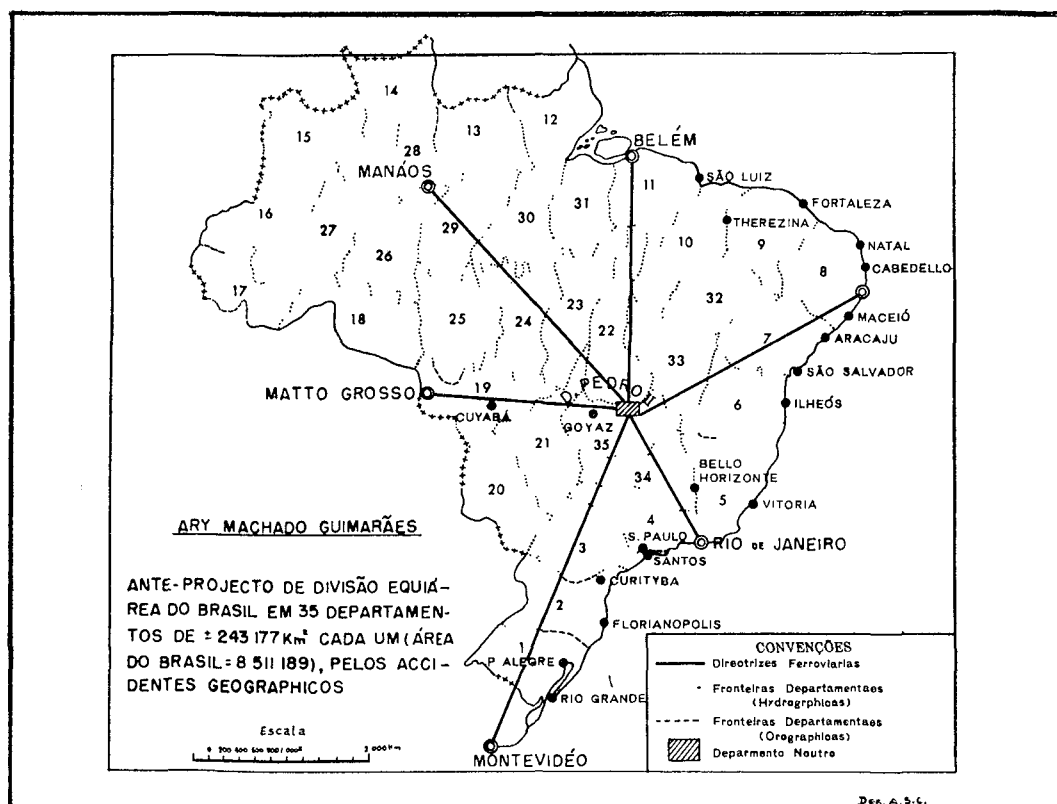
A nossa divisão político-administrativa não tem razoáveis fundamentos, quer geográficos e históricos, quer econômicos e sociais.

³ É importante fixarmos a situação existente em 1960 quando assistimos ao avanço econômico cada vez maior das regiões Sul e Leste do país e um lento desenvolvimento no Norte, Centro-Oeste e mesmo no interior do Nordeste. O desequilíbrio de desenvolvimento entre o Norte e o Sul é grande, e no presente poderá fazer periclitar a própria unidade nacional. Como tentativa de reajustamento foi então criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e no ano de 1959 foi lançada a Operação Nordeste, hoje transformada em Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Esses planejamentos visam, é evidente, segundo nosso entender a uma melhora no padrão de vida das populações lá existentes. Todavia, a situação reinante na Grande Região Norte e na parte setentrional do Centro-Oeste só poderá ser resolvida se for feita uma nova divisão política baseada na criação de territórios federais como propomos no fim dêste trabalho.

Apresenta, por isso, verdadeiras disparidades

A origem dêste magno problema geopolítico foi, como sabemos, a divisão da colônia em capitanias ao longo da costa. Ficamos assim inteiramente expostos à ação dissociadora dos fatores geográficos desde os primeiros ciclos de nossa formação política ("A mudança da capital e a redivisão territorial, dois magnos problemas geopolíticos contra as quais não se têm argumentos"). In "A Defesa Nacional" — setembro de 1955 — (n.º 494, p. 68).

O Prof. EVERARDO BACKHEUSER é radical e intransigente nos seus pontos de vista. Ele refuta tôdas as objeções apresentadas contra a subdivisão, quais sejam. "já é tarde para fazer isto", nenhum estado se sujeitaria a perder a autonomia ou a perder território; o regionalismo arraigado das populações, a representação nas câmaras, etc.



A divisão deverá ser realizada "parcelando o mapa físico do Brasil sem de nenhum modo atender aos atuais limites interestaduais, considerados inexistentes e procurar-se-á fazer os estados equipotentes, tanto no presente, quanto no futuro. Equipotentes em eficiência política e não apenas equivalentes em área territorial".

Sua divisão se baseia nos paralelos e meridianos, formando retângulos de área igual a 100 000 quilômetros quadrados. Para êle a equivalência de áreas não pode ser critério único, uma vez que a situação

geográfica dá a áreas iguais, valores diversos. Leva em conta o fator clima, o fator população e o fator eficiência econômica, examinando cada um pormenorizadamente.

Finalmente, apresenta o que êle mesmo chama de anteprojeto de subdivisão: o Brasil ficaria dividido em 64 unidades fundamentais, cada qual tendo em média 120.000 quilômetros quadrados, e estas, por sua vez, grupadas em estados e territórios. Ao todo seriam 16 estados em 28 unidades fundamentais e 6 territórios em 36 unidades fundamentais (Fig. 9).

BACKHEUSER examinou também o problema da mudança da capital para o planalto central, mostrando as vantagens dessa transferência.⁴

TEIXEIRA DE FREITAS — Foi sempre um batalhador em prol da subdivisão territorial do Brasil, tendo proferido conferências e escrito vários

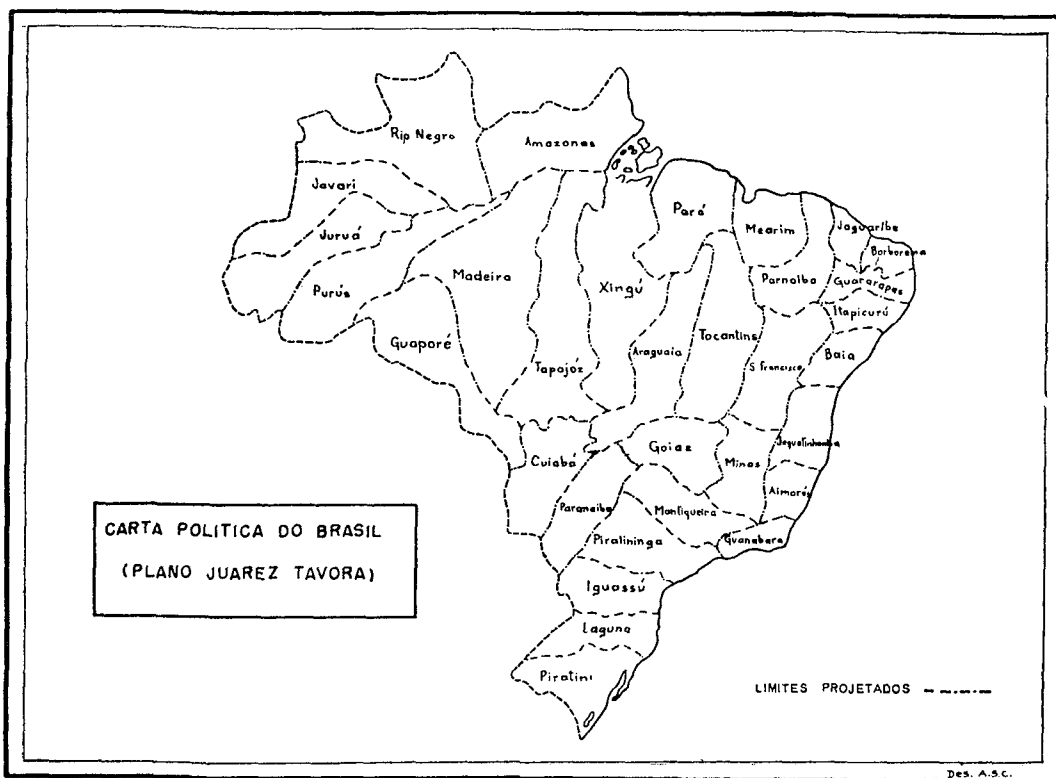


Fig 8 — NOTA — Mantivemos a grafia do original

⁴ O problema da transferência da capital federal para o interior sempre foi considerada uma necessidade. E em, todas as Constituições que tivemos na República lá está a assertiva da mudança da capital. Todavia, quando esta se tornou realidade o assunto passou na maioria das vezes a ser discutido num clima emocional. O coronel João Batista Peixoto tratando deste assunto, disse de modo incisivo: "A transferência da capital para o centro do país é um dos magnos problemas geopolíticos brasileiros, cuja solução constitui um imperativo da segurança, da prosperidade e da própria unidade nacional".

É um dos recursos para se corrigir uma série de velhos problemas que se vêm agravando à medida que o tempo avança.

Será o melhor remédio para se reduzir o grande desequilíbrio entre o Brasil das metrópoles, faustoso e artificial e o Brasil interior, sacrificado e esquecido.

A Capital Federal, interiorizada, será um núcleo de atração, agindo benéficamente sobre todas as regiões geográficas do país, pois constituirá o centro de uma rede de comunicações que, naturalmente irá se estendendo em várias direções, como verdadeiros canais de intercâmbio. "A mudança da capital e a redivisão territorial dois magnos problemas geopolíticos contra os quais não se têm argumentos" (In: "A Defesa Nacional" — setembro de 1955 — n.º 494, p. 64).

artigos, demonstrando a sua necessidade. Entre êles destacam-se: “A Redivisão Política do Brasil”, “O Reajustamento Territorial do Quadro Político do Brasil” e “A Criação de Novos Territórios”.

Em 1932 proferiu uma conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mostrando os seus pontos de vista sôbre êste magno problema. Baseou-se nos princípios de subdivisão adotados por SEGADAS VIANA, introduzindo pequenas modificações. Para TEIXEIRA DE FREITAS, o mais importante é a equivalência de áreas: “O único elemento permanente, por conseguinte, que possa satisfatoriamente fundamentar o equilíbrio da estrutura política nacional, é, sem dúvida alguma, o da extensão territorial. Sendo êle perdurável — é o essencial — e desde que se não aplique sob um critério muito restrito, a lei das compensações ou dos grandes números estabelece-lhe a virtualidade de uma aproximada equivalência de possibilidades econômicas a tôdas as unidades do novo sistema. Não haverá igualdade de situação, é certo; nem seria isto desejável. Mas existirá, por seguro, equilíbrio nas possibilidades, — o que é o mais alto ideal da justiça social. Que destas possibilidades já se tenham uns utilizado, por êste ou aquêle motivo, angariando uma situação ocasional de prosperidade, — é cousa que pouco importa, porque o país ainda se está formando e a civilização não o ganhou em tôda a sua extensão. O estado pobre e despovoado, hoje será amanhã tão populoso e rico quanto o mais rico de agora; mas tôdas as desigualdades porventura ocorrentes estarão contidas, se vigente a equivalência territorial, dentro de limites tais, que nunca se possam tornar astronômicas, como acontece atualmente”.

Pelo seu projeto, o Brasil ficaria dividido em 19 estados, 10 territórios federais e um distrito federal que, no seu plano, seria provisoriamente uma área em tôrno de Belo Horizonte, com a capital naquela cidade.

Como se pode observar, as opiniões a respeito da subdivisão territorial do país são as mais diversas, adotando princípios diferentes, como, por exemplo, o da equipotência, o da equivalência de áreas, o de fracionar inteiramente o país, sem respeitar as atuais divisas políticas ou qualquer regionalismo, o de juntar os estados pequenos e conservar os grandes, etc.

Nosso ponto de vista é que dividir o país de maneira radical é uma utopia, jamais realizável. É claro que há necessidade de melhor divisão, que há interesse de ela ser realizada, pois é conveniente para facilitar um melhor desenvolvimento econômico do país. Mas, como fazer êste reajustamento no quadro político territorial?

II) PROPOSTA DE UMA NOVA DIVISÃO POLÍTICA BASEADA NA CRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS FEDERAIS

1) *A experiência dos atuais territórios federais*

A criação do primeiro território federal no Brasil data, como já dissemos de 1903, quando foram incorporados ao nosso território áreas

de terras outrora pertencentes à Bolívia e também disputadas pelo Peru⁵. As primeiras experiências revelaram que o sistema havia funcionado bem, e a presença do governo federal nos ribeirões dos altos cursos do Juruá e do Purus assegurava evolução embora lenta, do desenvolvimento da região.

No ano de 1943, por efeito do decreto-lei n.º 5 812 do então presidente da República, GETÚLIO VARGAS, foram criados cinco territórios federais na zona fronteiriça, sendo três no Norte e dois no Sul — territórios de Ponta Porã e Iguazu. Estes últimos foram extintos em 1946.

O espírito que moveu o presidente da República a criar territórios federais na área fronteiriça foi, naquela época, baseado principalmente na segurança da integridade da faixa de fronteiras⁶. Como decorrência natural da presença efetiva do governo federal na região, começou-se a valorizar o elemento humano e a impulsionar um aproveitamento maior dos recursos naturais de cada uma destas áreas.

Os estudos circunstanciados que fizemos (A. T. GUERRA) dos atuais territórios federais têm demonstrado que, no balanço dos fatores, a parte positiva supera de muito os erros que têm sido praticados.

No presente trabalho defendemos a tese de que é urgente nova redivisão política, principalmente de vastas áreas da Amazônia e do Centro-Oeste. Todavia a matéria não é pacífica, tanto assim que o discurso do deputado JOSÉ GUIOMARD, proferido na Câmara dos Deputados, nas sessões de 21 e 22 de outubro de 1952, sob o título: "Territórios Federais — Grandezas e Misérias" foi bastante entrecortado de apartes⁷. Há mesmo alguns, como PLÍNIO COELHO, que consideram a idéia completamente obsoleta.

A principal crítica movida à organização vigente é o fato de os governadores serem escolhidos pelo presidente da República, sem, no entanto, ter um período fixo de administração⁸.

⁵ O Tratado de Petrópolis foi assinado em 17 de novembro de 1903. Todavia, o território do Acre foi criado e organizado em 7 de abril de 1904, sendo presidente da República FRANCISCO RODRIGUES ALVES e ministro do Exterior, RIO BRANCO.

⁶ Para quem viaja nos nossos dias na zona raiana com os países vizinhos: Colômbia e Peru, sente bem de perto que é urgente a ocupação de tal faixa de terra. As questões de investidas nos seringais do Javari por parte de peruanos está indicando ao governo federal nova orientação a ser seguida. PIMENTEL GOMES em seu artigo: "Pontos dolorosos na América do Sul", "Correio da Manhã" de 22-12-1959; disse: "O terceiro 'punctum dolens' seria a trijunção das fronteiras do Brasil, Peru e Colômbia. Aí ficam Letícia e Tabatinga e o rio Amazonas. Se o Brasil tivesse um território federal nesta fronteira, a conjuntura seria bem melhor". Quem observar o mapa n.º 17, terá oportunidade de ver que toda a zona fronteiriça desde o Amapá até ao norte do Pantanal no estado de Mato Grosso será transformada em território federal pelo projeto de estudo que ora apresentamos.

⁷ JOSÉ GUIOMARD — "Territórios Federais — Grandezas e Misérias" Separata da "Revista do Serviço Público" de dezembro de 1952, 23 páginas.

⁸ No parecer do senador CUNHA MELO ao projeto que institui a Lei Orgânica dos Territórios Federais lê-se o seguinte: "na realidade não se pode dizer que têm faltado aos nossos territórios normas para a sua organização administrativa. O que lhes tem faltado na maioria dos casos, é administradores. O que tem sido prejudicial, com raríssimas exceções, é a falta de continuidade de seus administradores, de planificação de seus problemas. Como se sabe, esses administradores são escolhidos por injunções políticas e pelos mesmos critérios dispensados. Esse critério, de versatilidade tradicional, tem tornado os seus administradores sempre instáveis, talvez por isto mesmo sem eficiência e improdutivos. Essa afirmação encontra a sua melhor confirmação no exemplo do Amapá, onde a escolha dum bom governador e a sua permanência por 16 anos deram ao território um exemplo um padrão de trabalho, de produtividade, de sentido público" (23-2-1958). Não é demais frisarmos que a fonte econômica — minério de manganês muito concorreu para a atual situação do Amapá.

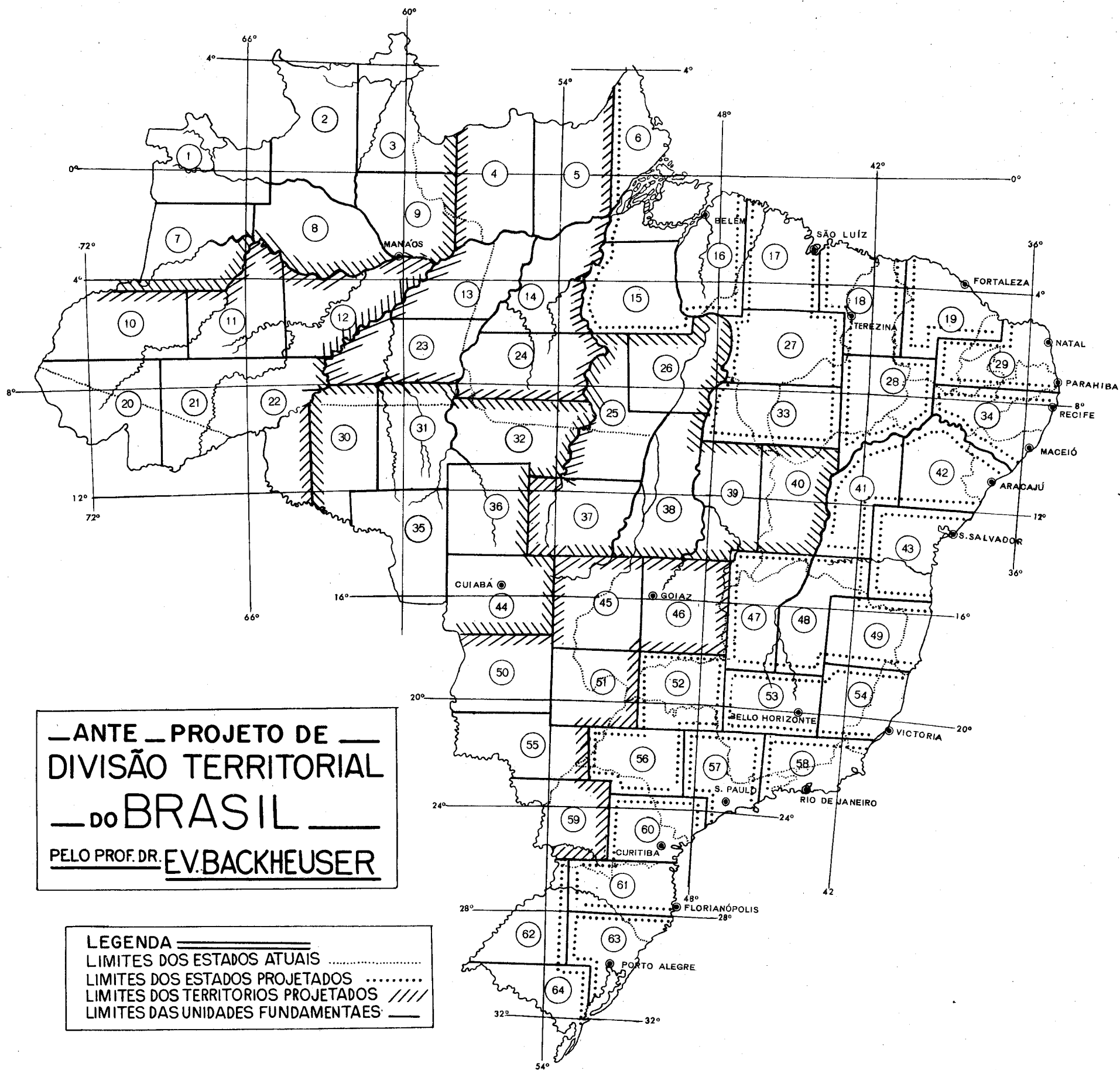


Fig. 9

Dentre os atuais territórios, o que mais sofreu com êste fato foi o do Rio Branco.

No quadro abaixo sintetizamos essa clamorosa situação:

GOVERNADORES DO TERRITÓRIO		PERÍODO
TITULAR	1.º Capitão ÊNIO GARCÊS DOS REIS	1 ano e 6 meses
Interinos	BENTO AIRES CASTANHEIRA PAULO SOTER DA SILVEIRA	
TITULAR	2.º FÉLIX VALOIS DE ARAÚJO	1 ano
Interino	Major DURVAL COELHO DOS REIS	
TITULAR	3.º Capitão CLÓVIS NOVA DA COSTA	
Interinos	MONTROSE JORGE DE SOUSA CARLOS ALBERTO NOVA DA COSTA	1 ano
TITULAR	4.º MIGUEL XIMENES DE MELO	2 anos e 2 meses
Interinos	PAULO SCHMITD HEITOR COELHO DE SÁ	
TITULAR	5.º JEROCÍLIO GUEIROS	7 meses
Interino	JOÃO BATISTA GUERRA	
TITULAR	6.º BELARMINO NEVES GALVÃO	6 meses
Interinos	JOSÉ DOS SANTOS NORA VALÉRIO CALDAS DE MAGALHÃES	
TITULAR	7.º AQUILINO MOTA DUARTE	
Interino	ADELMAR NEIVA DE SOUSA	
TITULAR	8.º JOSÉ LUÍS DE ARAÚJO NETO	1 ano e 6 meses
Interinos	VALÉRIO CALDAS DE MAGALHÃES PANDIÁ BATISTA PIRES SALVADOR PINTO FILHO JEROCÍLIO GUEIROS ASTÉRIO BENTES PIMENTEL ÊMERSON NUNES COELHO	1 ano
TITULAR	9.º AURIZ COELHO E SILVA	4 meses
Interino	ÊMERSON NUNES COELHO	
TITULAR	10.º General ADELMAR SOARES DA ROCHA	4 meses
Interino	ARMILO RODRIGUES MONTEIRO	
TITULAR	11.º Capitão JOSÉ MARIA BARBOSA	3 anos e 2 meses
TITULAR	12.º HÉLIO MAGALHÃES DE ARAÚJO	(nom. em 29-1-1959)

H A B I T A N T E S

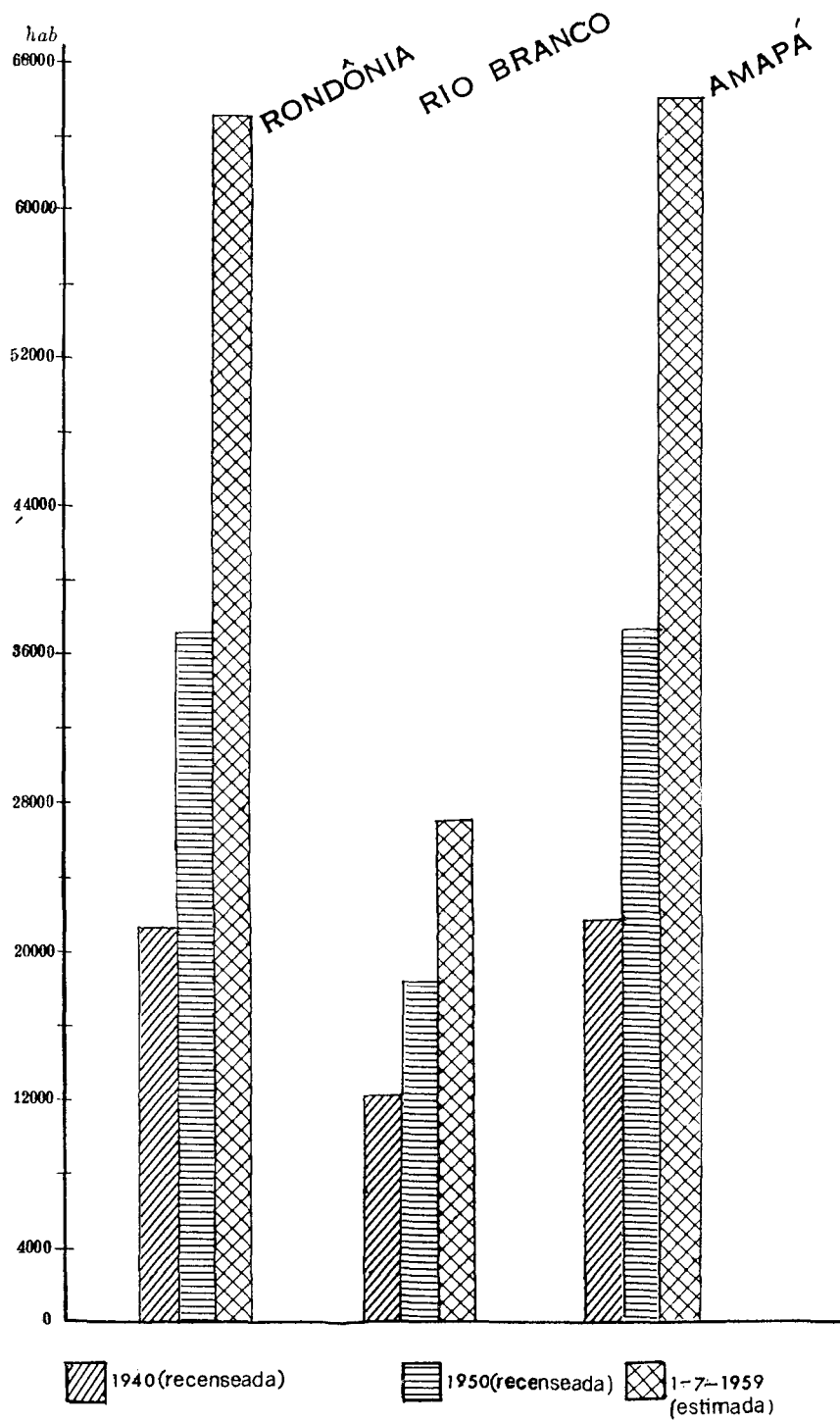


Fig. 10

No que diz respeito à valorização de áreas, os exemplos são bem evidentes se considerarmos o que há atualmente no território do Amapá e o que existiu em 1943, quando aqueles municípios faziam parte do estado do Pará⁹.

No relato feito pelo então governador capitão JANARI GENTIL NUNES sente-se o completo abandono em que viviam as populações. Igual si-

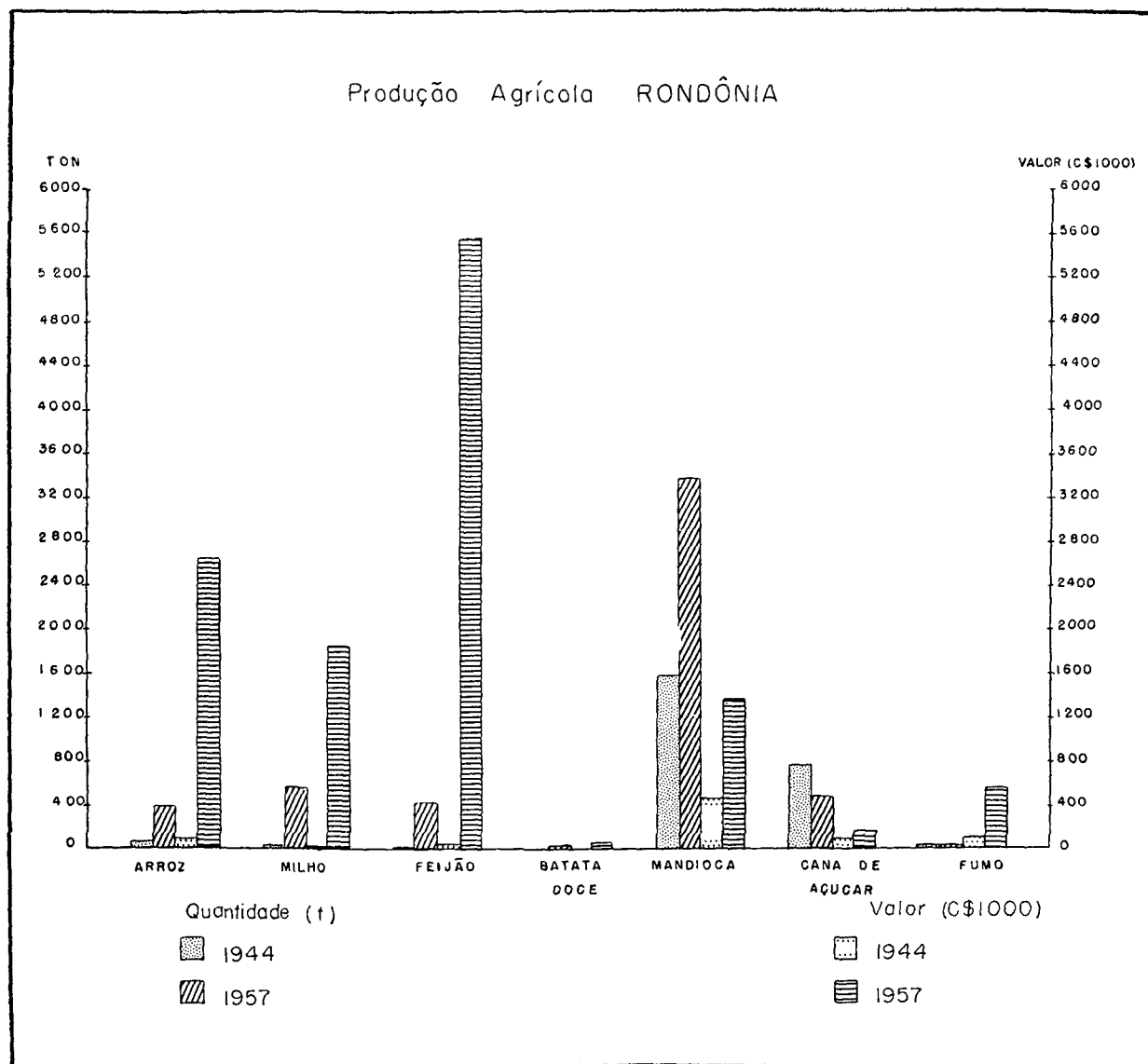


Fig. 11

tuação experimentavam os habitantes do Rio Branco e do Guaporé (atual Rondônia).

⁹ Para se compreender os grandes benefícios trazidos pelo governo federal leia-se o "Relatório das Atividades do Governo do Território do Amapá em 1944, Apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pelo Capitão JANARI GENTIL NUNES, Governador do Território" — 152 páginas — Imprensa Nacional — 1946

Dos três territórios da Amazônia, o que experimentou maior desenvolvimento foi o do Amapá. Naturalmente muito concorreu para isto a administração acertada, feita durante 16 anos pelo governador JANARI GENTIL NUNES. A continuidade administrativa e o propósito de empreendimentos realizados, culminaram com a descoberta de importantes jazidas de manganês, que se constituiu, assim, a base do atual progresso daquele território.

Não é demais insistirmos aqui no fato de os territórios federais representarem grande impulso para o desenvolvimento de “áreas largadas ao completo abandono”¹⁰. Os erros, que tem havido, são bem insuficientes para invalidar a tese da necessidade da criação de novos territórios.

Os quadros referentes à população, produção agrícola, pecuária e produção puramente extrativa vegetal, evidenciam o progresso havido nos territórios federais criados em 1943. Estes quadros que transcrevemos a seguir são mais positivos do que qualquer texto cheio de adjetivos:

I — POPULAÇÃO ESTIMADA EM 1º DE JULHO

TERRITÓRIOS	1943	1959
Rondônia	25 000	65 000
Rio Branco	14 000	27 000
Amapá	25 000	66 000

II — POPULAÇÃO RECENSEADA

TERRITÓRIOS	POPULAÇÃO PRESENTE		INCREMENTO		
	Em 1º/IX/1940	Em 1º/VII/1950	Absoluto	Porcentual	Taxa geométrica anual por 1 000 habitantes
Rondônia	21 251	36 935	15 684	73,80	57,82
Rio Branco	12 130	18 116	5 986	49,35	41,63
Amapá	21 538	37 477	15 919	73,84	57,85

¹⁰ JOSÉ GUIOMARD no início de seu discurso pronunciado na Câmara dos Deputados disse: “Começarei dizendo que a principal vantagem de ser território é a de *comer na mesa do Estado Federal*. Hipertrofiado no Brasil, como todos sabemos, o governo da União é o único que dispõe de recursos mais fartos, de disponibilidade financeira capazes de fazer alguma coisa pelas populações dispersas ao longo das nossas fronteiras” (“Territórios Federais — Grandezas e Misérias” — p. 4). Esta situação advém do fato de a União ter concentrado um poderio econômico cada vez maior nas mãos do governo federal, transformando-se assim o país num Estado centralizado. Os governos estaduais, de modo geral, para resolverem seus problemas econômicos têm que vir à capital pedir dinheiro da União. De modo que o federalismo existente atualmente, nos mostra que o melhor caminho para dinamização do interior, é criar territórios federais. Todavia, a escolha dos governantes deverá ser feita por prazo fixo coincidindo com o mandato do presidente da República e a existência de um planejamento regional a longo prazo.

III — PRODUÇÃO AGRÍCOLA

IV — POPULAÇÃO
PECUÁRIA
(Fig. 15)

TERRITÓRIOS	PRODUTOS	1944		1957		Gado	1944	1957
		Quantidade	Valor (Cr\$ 1 000)	Quantidade	Valor (Cr\$ 1 000)			
Rondônia (Figs 11 e 12)	Laranja	..	..	211 000 f	116	Bovinos	2 600 c	9 000 c
	Banana	26 000 c	130	66 000 c	918	Equinos	180 c	1 000 c
	Arroz	56 t	74	374 t	2 652	Suínos	5 000 c	14 000 c
	Milho	21 t	26	559 t	1 804			
	Feijão	17 t	42	416 t	5 516			
	Batata-doce	..	..	21 t	70			
	Mandioca	1 580 t	464	3 380 t	1 353			
	Cana-de-açúcar	750 t	108	480 t	174			
	Fumo	12 t	120	12 t	560			
Rio Branco (Figs 13 e 14)	Abacaxi	12 000 f	20	84 000 f	623			
	Laranja	..	..	157 000 f	126	Bovinos	138 240 c	140 000 c
	Banana	7 000	21	35 000 c	625	Equinos	10 280 c	15 000 c
	Arroz	6 t	4	595 t	3 964	Suínos	4 800 c	12 000 c
	Milho	..	..	338 t	1 375			
	Feijão	..	..	13 t	132			
	Batata-doce	..	..	2 t	8			
	Mandioca	312 t	53	2 400 t	3 840			
	Cana-de-açúcar	50 t	2	2 503 t	3 003			
Amapá	Fumo	57 t	283	18 t	480			
	Abacaxi	1 000 f	3	13 000 f	107			
	Laranja	..	..	1 460 f	1 309	Bovinos	50 460 c	55 000 c
	Banana	15 000 c	45	119 000 c	1 200	Equinos	1 980 c	4 000 c
	Arroz	12 t	14	999 t	6 077	Suínos	5 000 c	25 000 c
	Milho	49 t	49	1 079 t	6 982			
	Feijão	4 t	11	29 t	441			
	Batata-doce	..	..	128 t	324			
	Mandioca	1 750 t	202	43 238 t	43 852			
	Cana-de-açúcar	20 t	2	4 262 t	2 471			
	Fumo	8 t	75	29 t	810			
	Abacaxi	..	..	131 000 f	1 226			

V — PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL

1 — Borracha

TERRITÓRIO DO AMAPÁ			TERRITÓRIO DO RIO BRANCO		TERRITÓRIO DE RONDÔNIA	
ANOS	Quantidade (kg)	Valor (Cr\$)	Quantidade (kg)	Valor (Cr\$)	Quantidade (kg)	Valor (Cr\$)
1944	546 371	6 528 296	72 059	1 152 177	1 072 540	19 305 730
1945	374 234	4 321 800	47 279	657 922	3 100 710	53 000 173
1946	181 343	1 661 965	95 334	974 067	3 772 436	66 110 041
1950	573 516	7 905 694	33 747	623 799	4 896 434	83 239 378
1955	720 000	16 012 000	21 000	637 000	4 807 000	185 384 000
1956	676 000	19 707 000	19 000	724 000	4 493 000	186 683 000
1957	803 000	22 167 000	16 000	903 000	5 942 000	271 272 000

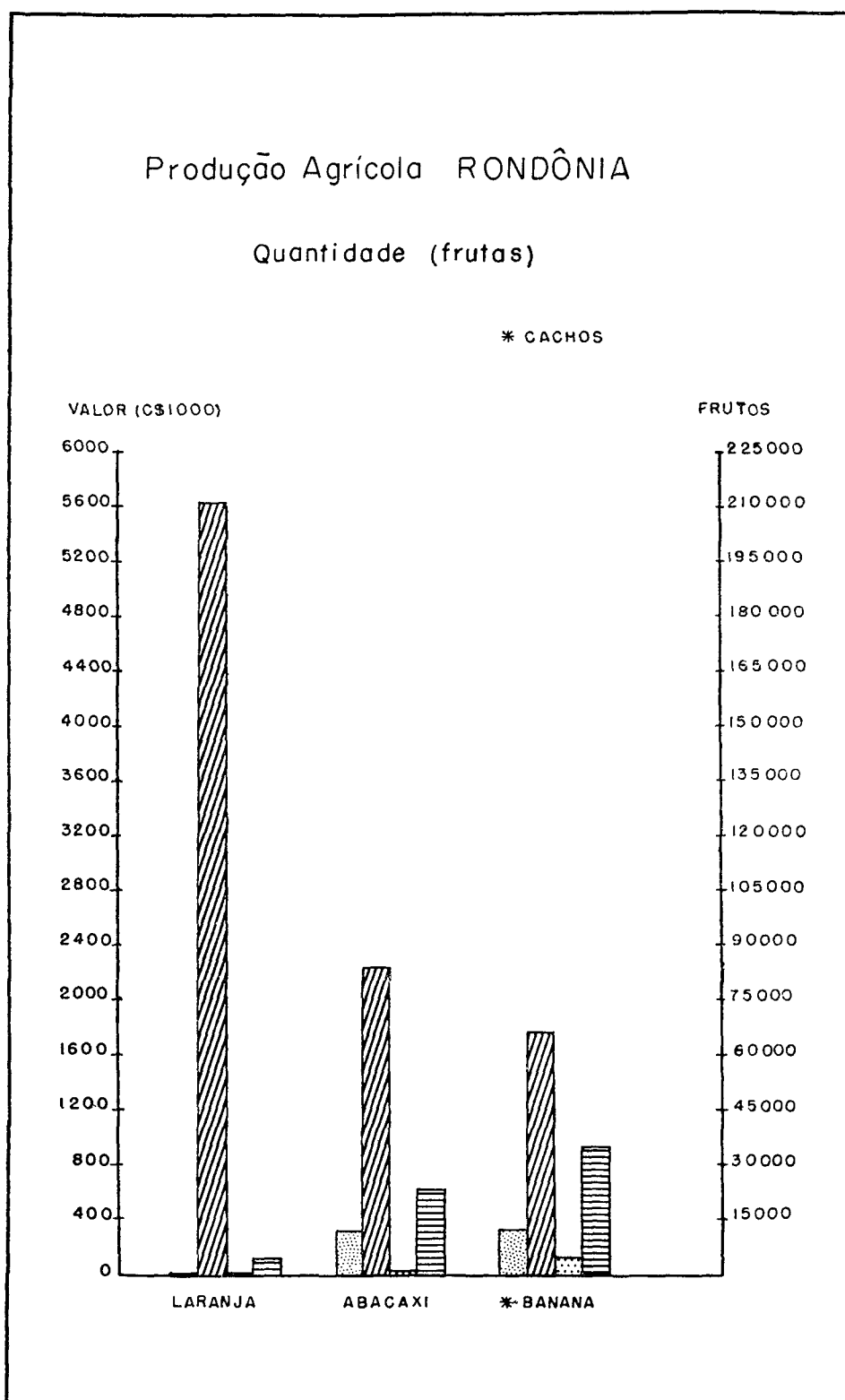


Fig 12

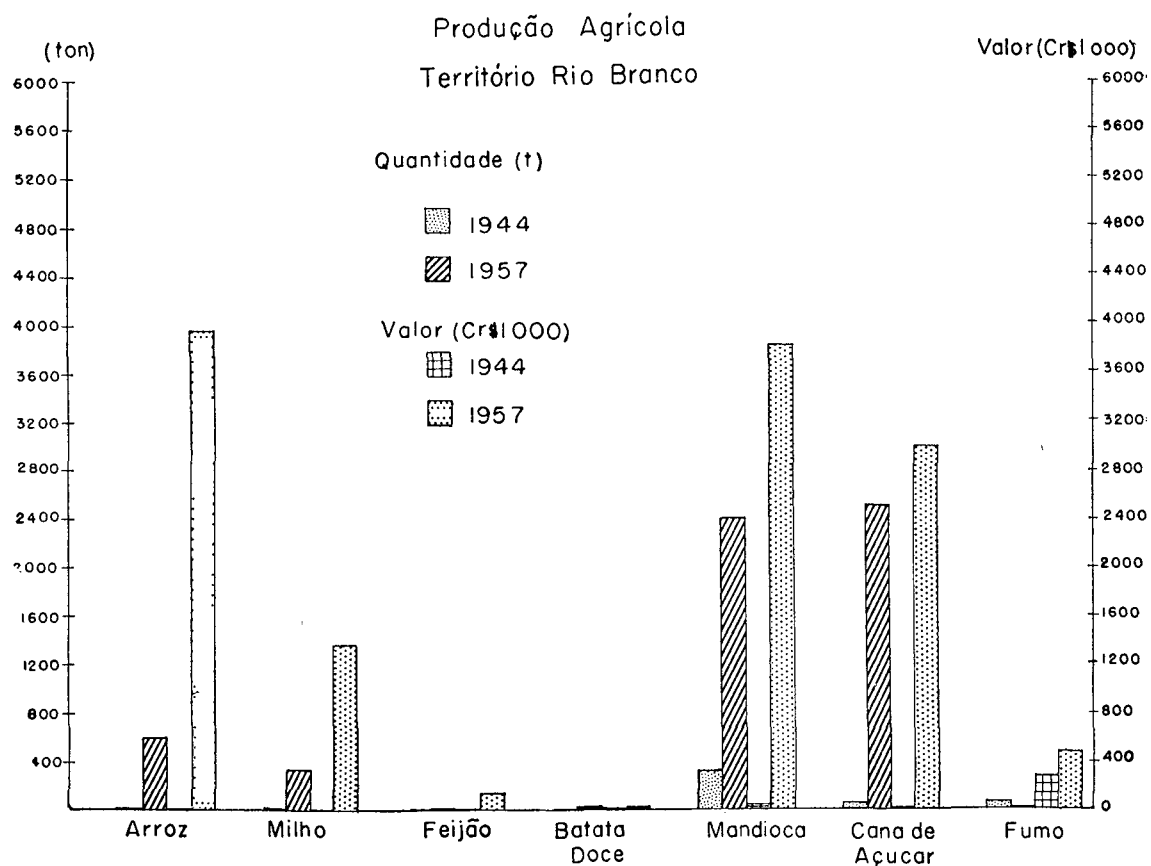


Fig. 13

2 — Castanha-do-pará

TERRITÓRIO DO AMAPÁ			TERRITÓRIO DO RIO BRANCO		TERRITÓRIO DE RONDÔNIA	
ANOS	Quantidade (kg)	Valor (Cr\$)	Quantidade (kg)	Valor (Cr\$)	Quantidade (kg)	Valor (Cr\$)
1944	47 700	36 674	—	—	—	—
1945	65 500	91 634	150 000	300 000	—	—
1946	2 800	19 780	235 300	658 840	558 850	2 393 726
1950	754 260	6 383 555	239 890	1 223 439	1 099 583	3 958 491
1955	819 000	11 344 000	177 000	2 237 000	1 370 000	12 051 000
1956	2 541 000	40 839 000	1 310 000	17 141 000	1 746 000	23 168 000
1957	1 268 000	11 412 000	41 000	10 936 000	1 620 000	17 519 000

3 — *Timbó (raiz)*

TERRITÓRIO DO AMAPÁ		
ANOS	Quantidade (kg)	Valor (Cr\$)
1944	11 508	34 246
1945*	9 606	22 468

* A partir de 1945, deixou de ligurar nas estatísticas

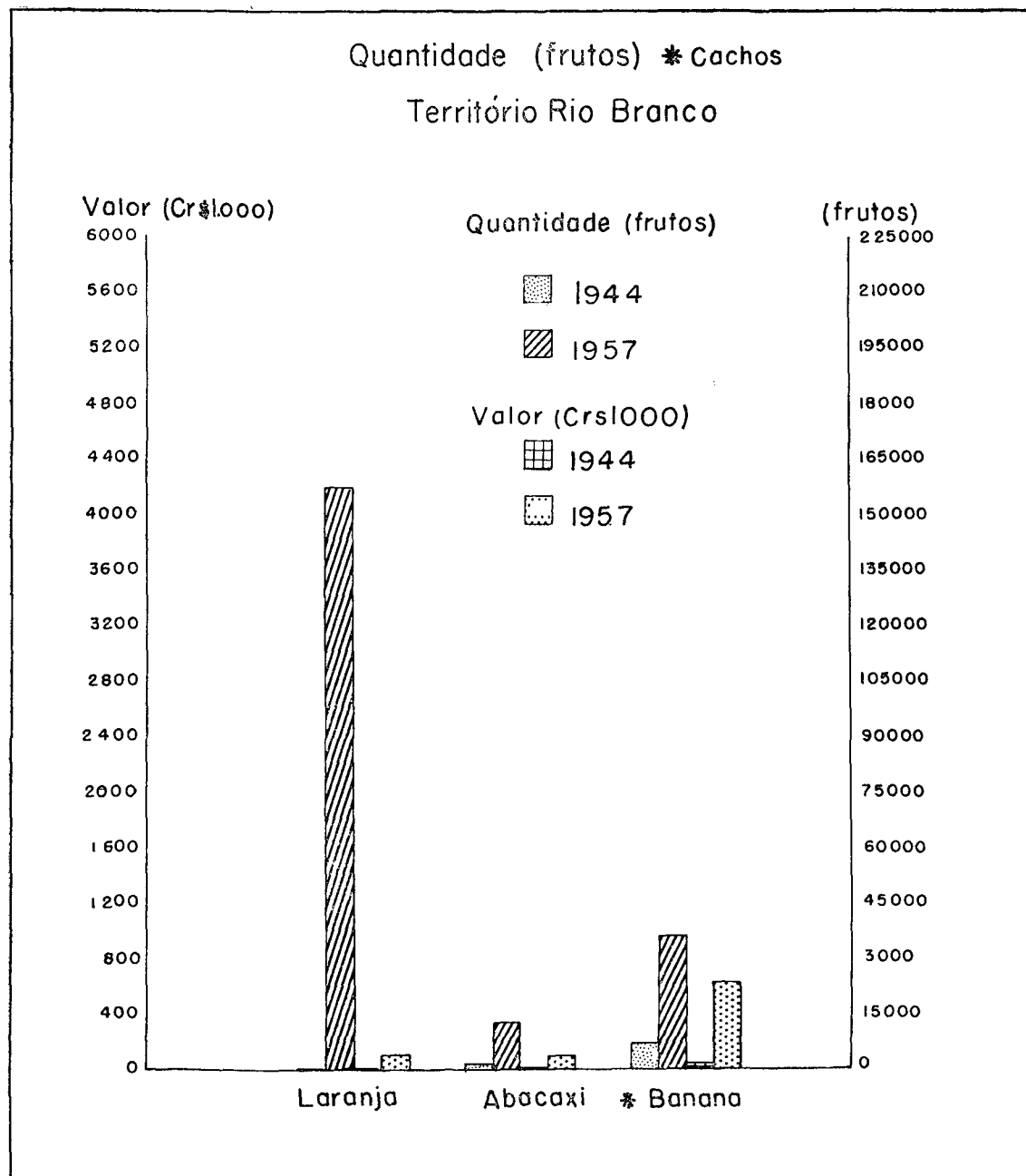


Fig 14

4 — Gomas não elásticas¹¹

TERRITÓRIO DO AMAPÁ		TERRITÓRIO DO RIO BRANCO		
ANOS	Quantidade (kg)	Valor (Cr\$)	Quantidade (kg)	Valor (Cr\$)
1950	670	5 695	104 734	1 452 416
1955	43 000	393 000	157 000	1 711 000
1956	8 000	153 000	119 000	2 257 000
1957	12 000	205 000	118 000	2 452 000

População Pecuária

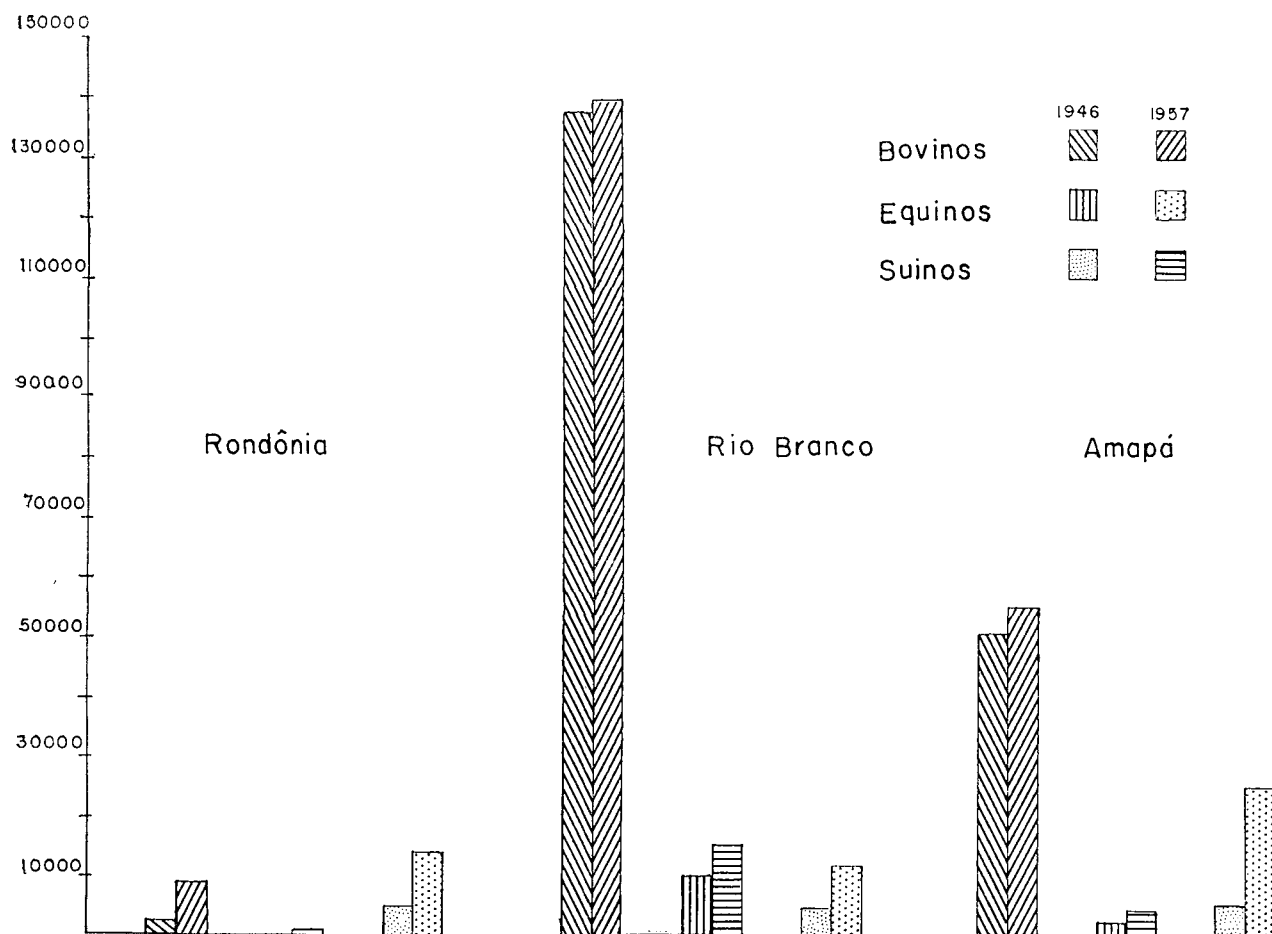


Fig. 15

¹¹ A partir de 1950, o Serviço de Estatística da Produção discrimina, pela primeira vez, sob a denominação de "Borracha" os elementos relativos a hévea, maniçoba, mangabeira, caucho e látex (de hévea), passando, por outro lado a subordinar ao título "Gomas vegetais não elásticas" os dados da balata, ucuquirana ou coquiliana, maçaranduba e sôrva

5 — *Ipecacuanha*

TERRITÓRIO DE RONDÔNIA		
ANOS	Quantidade (kg)	Valor (Cr\$)
1950	2 559	307 080
1955	1 000	47 000
1956	—	—
1957	4 000	3 251 000

2) *As áreas subdesenvolvidas, ou melhor, subocupadas, e a necessidade de sua dinamização*

A atual divisão política do Brasil tem sido alvo de críticas e comentários por parte de vários estudiosos. As propostas apresentadas não conseguiram encaminhar o problema para uma solução adequada, como já vimos.

Devemos ainda citar o recente manifesto aos tocantinenses que foi lançado em Pôrto Nacional, no dia 13 de maio de 1956 em prol da criação do estado do Tocantins (Fig 16). A sua superfície seria de 269 530 quilômetros quadrados e se comporia de 23 municípios. Chegaram mesmo a publicar em Pôrto Nacional um periódico intitulado "O Estado do Tocantins", mas o movimento não foi para frente.

A solução que nos parece mais viável é a criação de territórios federais, tendo em vista a existência de grandes áreas, cuja paisagem natural ainda não foi possível ser transformada¹². Em apoio de nossas idéias transcrevemos um trecho de autoria de TEIXEIRA DE FREITAS: "O caminho único a seguir para organizar-se o Brasil há de ser a criação de novos territórios federais, para cujas áreas e através de cujas administrações os recursos nacionais se canalizem largamente, com o preciso objetivo de criar a civilização nas regiões que ainda estão totalmente fora dela. Esse colonialismo de integração nacional, intrafronteiras, é a forma reta, o processo não somente justo, mas necessário, de expansão civilizadora, ao qual corresponde, mas com construtividade política de sentido negativo, o colonialismo de conquista, praticado pelas nações imperialistas.

Tal medida, porém, se carece ser tomada sem perder-se de vista que ela se destina a povoar e desenvolver regiões quase desertas, também

¹² OSÓRIO NUNES escreveu em 21 de setembro de 1952 um artigo intitulado "O fracasso dos territórios" em que traça a situação que existia naquela época, e por sinal se estende até aos nossos dias. Faz uma crítica justa no que tange à organização de tais unidades. Todavia, sua conclusão é bem incisiva quando diz: "Não se deve confundir o malôgro da primeira tentativa com a instituição — território que é uma necessidade do progresso do país. Salvemos com medidas objetivas e práticas as nossas fronteiras para que não nos custe muito caro o crime de abandoná-las (In "Diário de Notícias"). "Uma das soluções propostas por este articulista seria a criação de uma verdadeira Subsecretaria do Interior no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com a qual se teria um imprescindível e virtual ministro das Colônias, para que o Brasil pudesse enfrentar os problemas de seu Império". Numa de nossas conclusões dizemos que, na realidade, os frutos desejados com a instituição dos territórios federais, tanto para os existentes, quanto para os que venham a ser criados é o do surgimento de um Ministério dos Territórios Federais, cuja extinção se daria no momento em que aquelas áreas tivessem adquirido auto-suficiência.

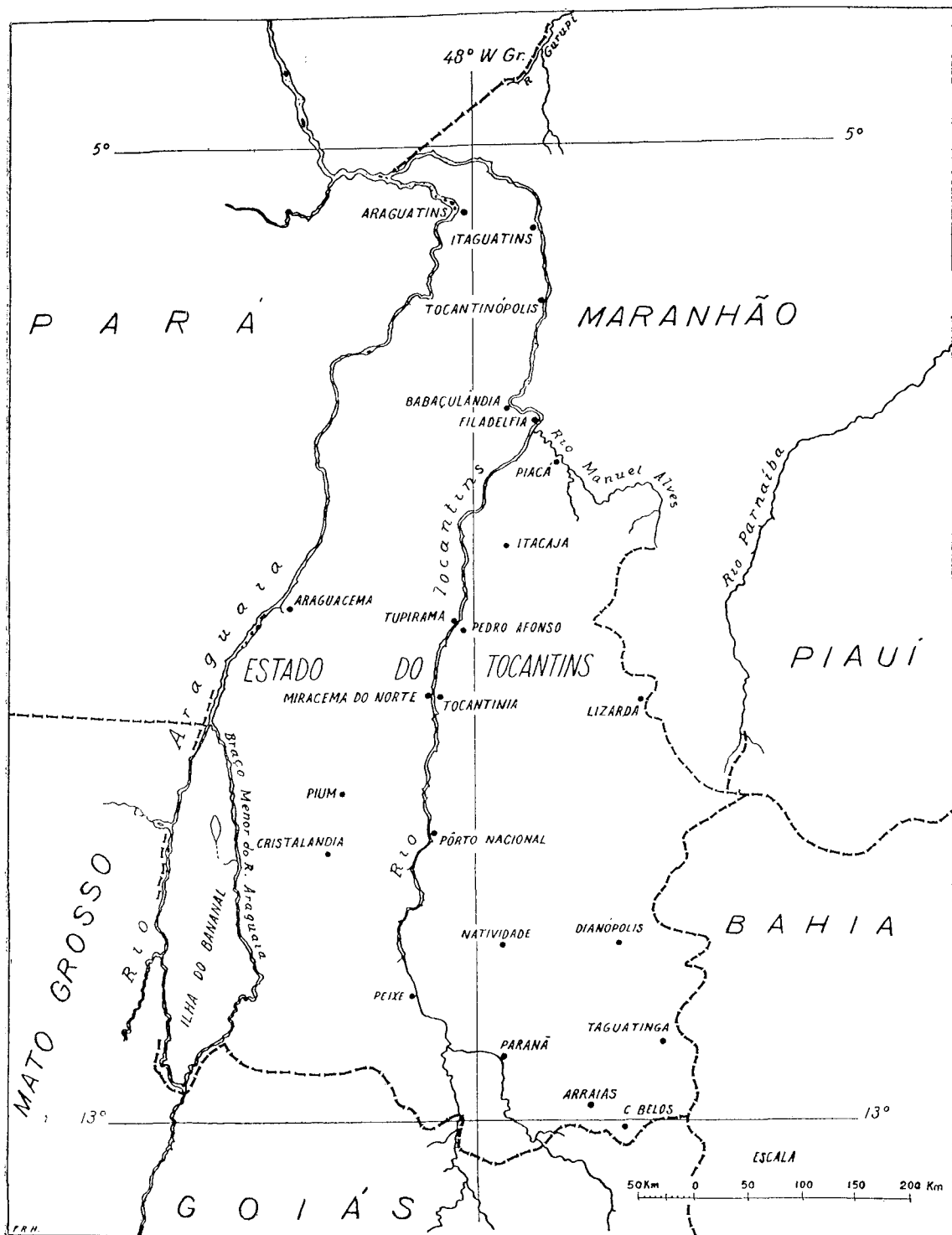


Fig 16

se há de condicionar e orientar pela certeza de que lhe caberá criar as matrizes de futuros estados. Tanto vale dizer, a instituição de novos territórios federais não poderá realizar-se à revelia de umas tantas diretrizes básicas, destinadas a fazer dessa providência o melhor recurso para que se vá reajustando e equilibrando, com sabedoria e prudência, o quadro político territorial da República"¹³.

Se há importantes fontes de recursos naturais, êstes jazem sem aproveitamento, pois o elemento humano está ausente. Podemos exemplificar com as áreas do norte do estado de Mato Grosso, norte do estado de Goiás, sul do estado do Pará, a margem esquerda do Amazonas, Jari e Nhamundá, o limite do estado do Pará com o Maranhão (vale do Gurupi) e tôda a área de fronteiras do estado do Amazonas. Também nas cabeceiras do alto Parnaíba e no oeste da Bahia faz-se precisa uma dinamização regional.

Urge que tais áreas sejam *incorporadas economicamente* ao Brasil. E a única maneira de se tirar estas áreas da situação de completo abandono, para torná-las valorizadas, é transformá-las em territórios federais. Os estados não têm possibilidades por si sós, de transformarem aquêles rincões selvagens em zonas produtivas¹⁴. De modo geral os que têm percorrido os territórios federais têm a convicção dos resultados advindos de tal política administrativa. A êste propósito vamos transcrever um trecho da conclusão final do relatório apresentado ao então ministro da Justiça, Dr. NEREU RAMOS, pela Comissão incumbida de realizar no território federal do Rio Branco, estudos e observações de ordem político-administrativa, e composta por EDGAR TEEIXEIRA LEITE, EUNICE WEAVER e CLÓVIS BARBOSA: "Ao findar êste relatório, deseja a Comissão esclarecer que apesar de ter assumido, por vêzes, forma de crítica acerba e de colorido pessimista, não importa êle na descrença ou na condenação do sistema de desenvolvimento do país, através de territórios. Muito ao contrário.

O que se está verificando no Rio Branco, nesta fase inicial de sua vida, em que o sistema referido, foi submetido às mais duras provas, apresenta apesar de tudo, (note-se bem) um saldo que lhe é altamente favorável.

Nunca poderia o estado do Amazonas, do qual êle foi desmembrado, com sua receita de cento e sessenta milhões de cruzeiros realizar o que está feito, apesar do enorme desperdício de dinheiro, tantas vêzes mencionado.

Corrigidas as falhas apontados, das quais as principais são as instabilidades dos governos e a ausência praticamente nula, de fiscalização,

¹³ "A Criação de Novos Territórios" — "Revista Brasileira dos Municípios" — Ano III, n.º 12 — Outubro-dezembro-1950 — p. 1042

¹⁴ Como bem acentua ALFREDO CORREIA LIMAS "O povoamento do interior deve ser resolvido pela criação de territórios federais que venham desonerar os Tesouros Estaduais, cujas receitas deficitárias lhes não permitem sair do dilema em que se encontram. Ao governo federal é possível promover a civilização do gentio, como já o vem fazendo com a Fundação Brasil Central, trazer a estabelecer imigrantes, promover a recuperação do nosso laviador" ("Redivisão territorial do Brasil" in: "A Defesa Nacional" — (Ano XL, n.º 469, p. 150)

TROMBETAS

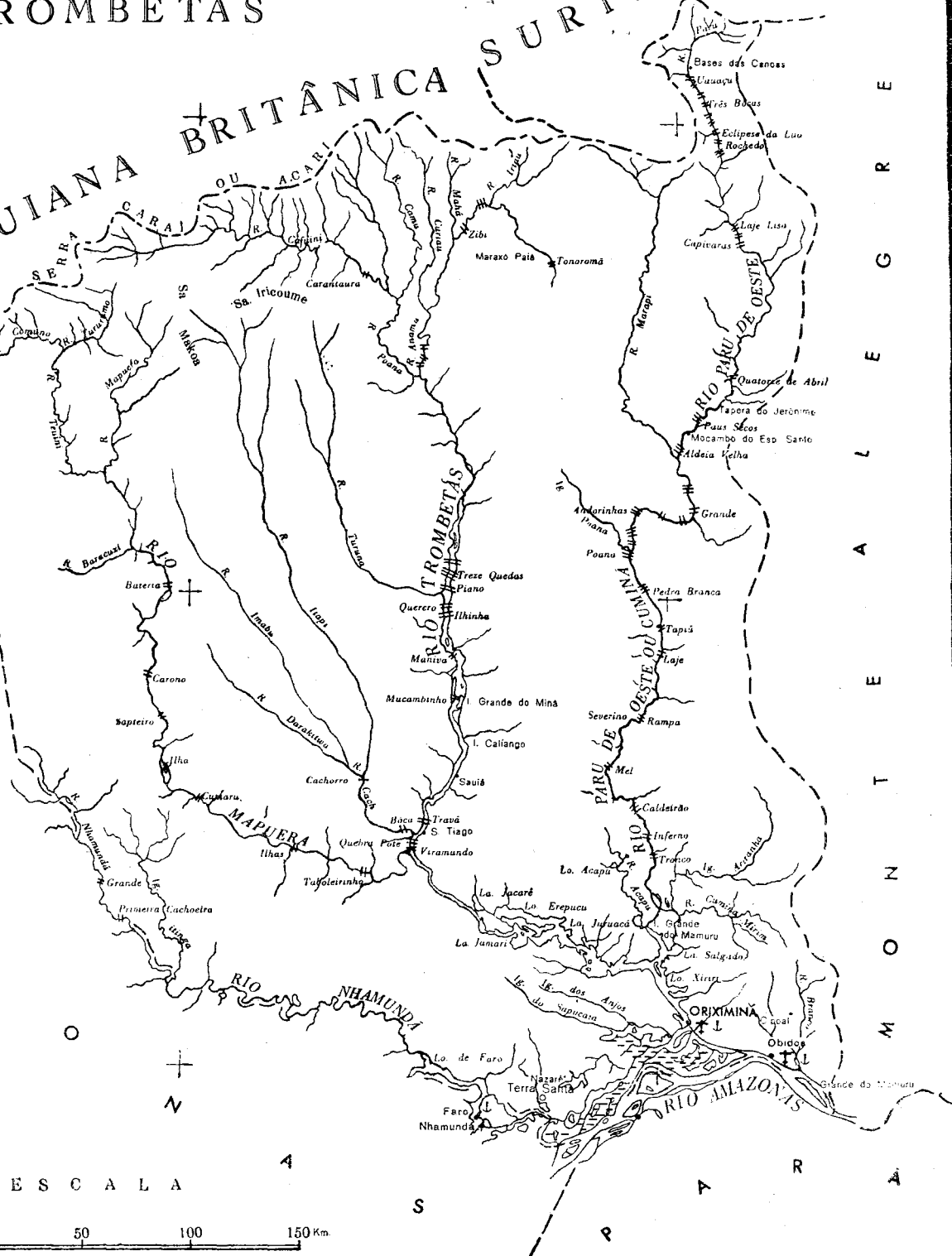
GUIANA BRITÂNICA SURINAME

TERRITÓRIO
DO
RIO BRANCO

ESCALA

50 Km. 0 50 100 150 Km.

Fig. 19



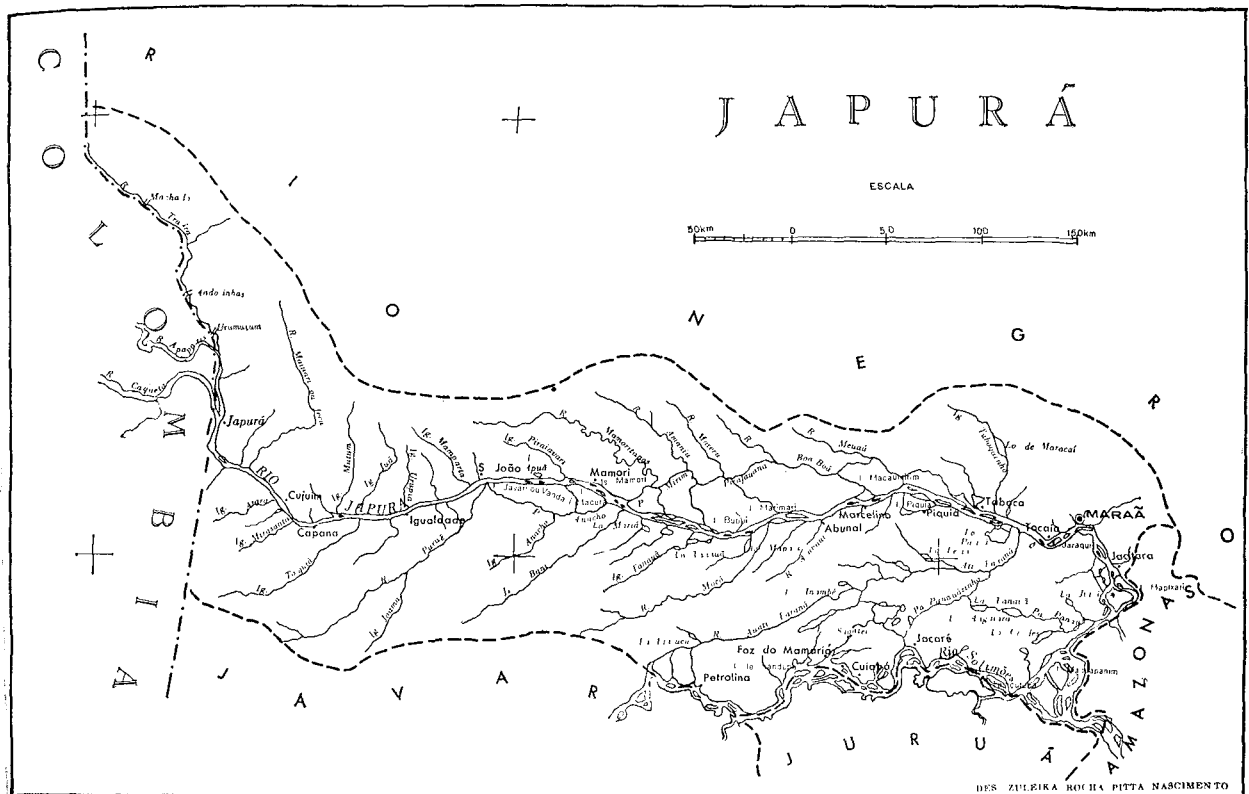


Fig 21

está a Comissão convencida, e espera poder dar esta segurança a Vossa Excelência, de que o território é um instrumento valioso, embora ainda não bem utilizado, de equilíbrio nacional, promovendo o desenvolvimento de regiões o que não poderia ser efetuado pelos estados de que foram desmembrados” (pp. 66-67).

Quando falamos em fixar a nova capital no Planalto Central para dar maior assistência ao interior, esta tarefa só será realidade se, simultaneamente, criarmos novas condições de vida no Norte e no Centro do Brasil. Essa nova divisão política exigirá um novo “planejamento” do país e, conseqüentemente, conduzirá à sua ocupação efetiva.

A dinamização das áreas despovoadas, ou mais pròpriamente, “selvagens”, do Norte e do Centro-Oeste, só se dará se o governo federal tomar a si os encargos de planejamento.

Isto implica, conseqüentemente, num levantamento prévio da região e a localização de todos os seus recursos. Numa segunda fase, tais recursos naturais deverão ser avaliados quantitativamente para que, num planejamento regional, êles sejam captados como fontes de economia.

Quanto aos estados do Nordeste, Leste¹⁵ e Sul, o sentimento regionalista e o próprio efetivo humano já existente não permitem que di-

¹⁵ Na divisão que propomos cria-se o território de Barreiras com uma área da Bahia e de Goiás, tendo em vista a situação existente na região

visões sejam feitas. Mas, mesmo assim, devemos lembrar que muito útil seria o restabelecimento dos territórios de Ponta Porã e Iguazu¹⁶.

3) *Análise do mapa da proposta de uma nova divisão política*

O exame da carta (Fig. 17) nos mostra que a nossa atenção esteve realmente voltada para a zona mais fracamente ocupada. Nos diversos territórios que sugerimos, suas áreas se encontram inteiramente largadas para o mais lento desenvolvimento. De modo que as atuais zonas, vazias do ponto de vista demográfico, se tornem verdadeiras unidades produtivas (Anexo n.º 1).

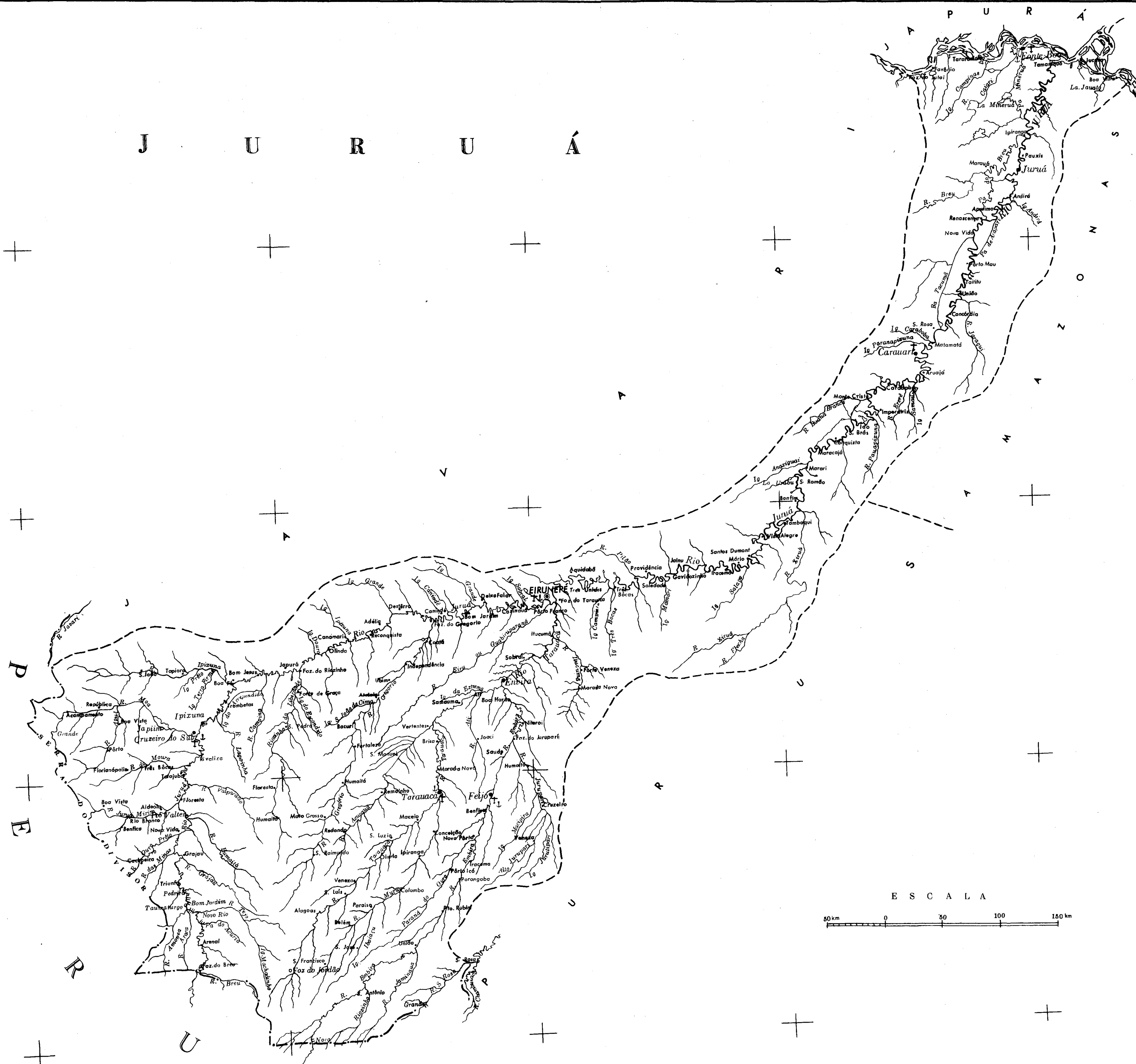
A nossa sugestão exige arrôjo e metucioso estudo de planejamento regional para a instalação de um ministério¹⁷ e uma hierarquia na criação dos diversos territórios, em número de 16 e restabelecimento dos dois territórios extintos.

A presente sugestão, que oferecemos como subsídio aos administradores, além de contar com uma objeção específica à política da criação de territórios federais, também se defronta com outra tese, que é a de deixar as áreas do interior para um aproveitamento futuro. Aliás, um dos estudos que mais nos impressionaram a este propósito foi o de AMÉRICO L. BARBOSA DE OLIVEIRA sob o título "O desenvolvimento planejado da economia brasileira" (1946), onde o autor desenvolve a tese da ocupação efetiva do Brasil costeiro. Em certa passagem de seu livro há um tópico que ilustra bem a tese, defendida por alguns de que não se deve pensar no interior, enquanto a zona ecumênica não estiver plenamente ocupada, com um desenvolvimento racional. Diz ele: "Daí uma fórmula geral para nossa política demográfica e de expansão econômica: reunir as populações rurais para assisti-las e poder tornar intensiva a exploração do solo, iniciando sempre pelas regiões já povoadas, pelas circunvizinhanças dos maiores centros de população, e preferindo sempre as regiões mais ricas e mais próximas. Em resumo, o contrário do que temos feito até hoje" (p. 54).

Devemos aqui frisar que esta divisão que estamos propondo talvez possa, em certos casos, suscitar debates. Neste particular incluímos a área do território de Iguazu onde a frente pioneira já está chegando. Também desejamos frisar que esta redivisão política de certas áreas não deve ser tomada como tema principal para o desenvolvimento do país, pois as causas do subdesenvolvimento são muito mais profundas.

¹⁶ OSÓRIO NUNES no artigo intitulado "O fracasso dos territórios" ao tratar da política brasileira na faixa de fronteiras disse: "O drama das fronteiras setentrionais e ocidentais do país, menos conhecido do que a vergonhosa exposição dos lindes do sul, onde o Brasil se encontra sem voz e sem autoridade, é uma resultante direta do malogro da instituição territorial como se acha implantada no Brasil. É certo que na faixa de Mato Grosso bem assim na do Paraná e Santa Catarina, os brasileiros podem agradecer o abandono das fronteiras notadamente à atitude política, prevaiente na Assembléia Nacional Constituinte, que em 1946 extinguiu os territórios federais de Ponta Porã e Iguazu (in: "Diário de Notícias" do Rio de Janeiro — 21-9-52)

¹⁷ A situação existente nas administrações territoriais ligadas ao Ministério da Justiça é totalmente insuficiente. O ex-deputado federal FÉLIX VALOIS em aparte ao discurso do deputado JOSÉ GUOMARO tratando desse assunto disse: "Mas, no conjunto, o Ministério da Justiça, o órgão supervisor do serviço, não está em condições para exercer suas funções, por falta de material, de funcionários. De maneira que, para desenvolver a política dos territórios, em cujo futuro repousa uma melhor divisão territorial do Brasil, se deve criar um organismo, para os que já existem e os que venham a ser criados" ("Territórios Federais — Grandezas e Misérias" — p. 11)



N



Fig. 25

[illegible]

DES. ALFREDO DOS SANTOS CUNHA

Fig. 26

ALTO XINGU

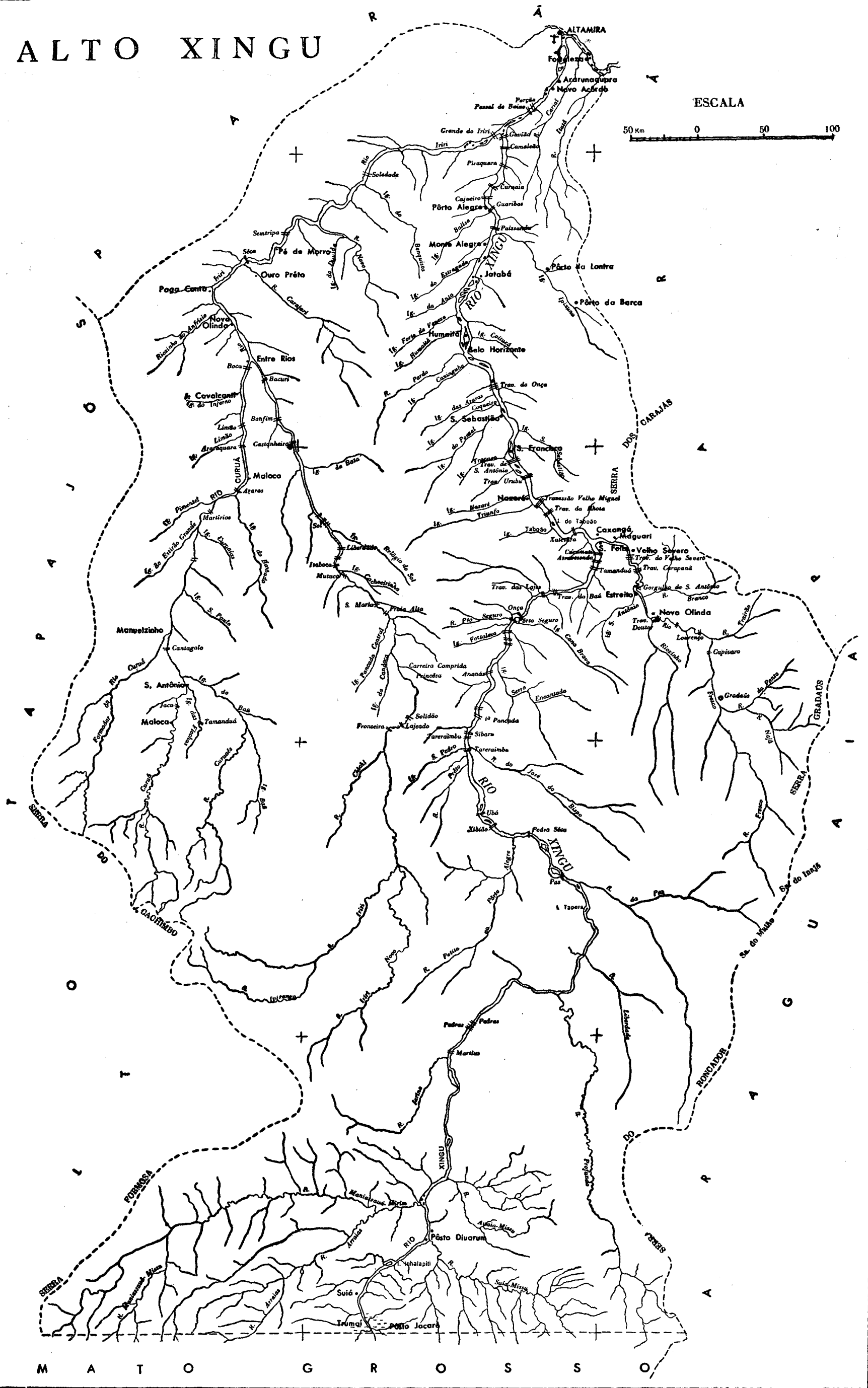
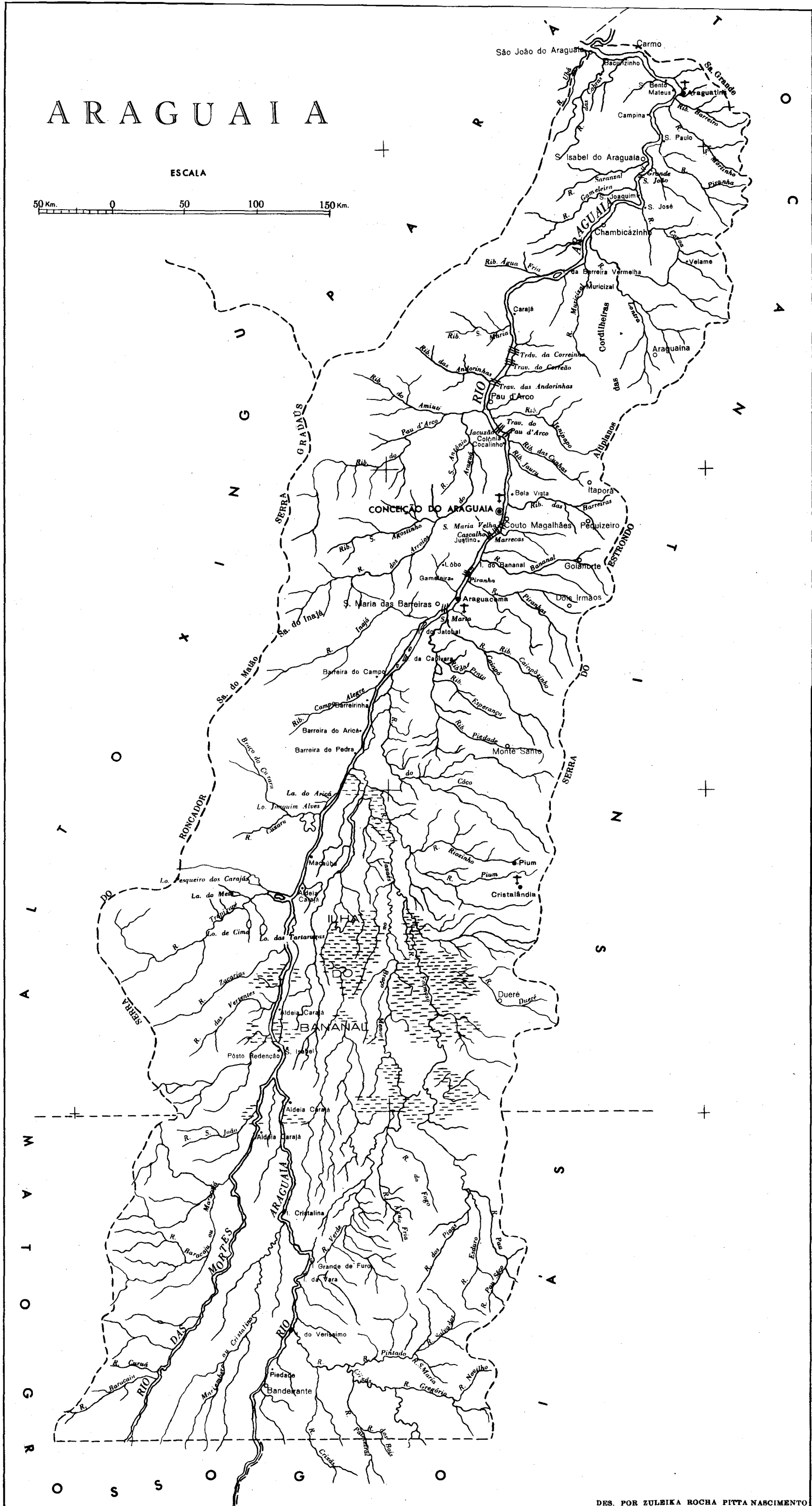


Fig. 27

ESCALA

0 50 100 150 Km.



DES. POR ZULEIKA ROCHA PITTA NASCIMENTO

Fig. 28

TOCANTINS

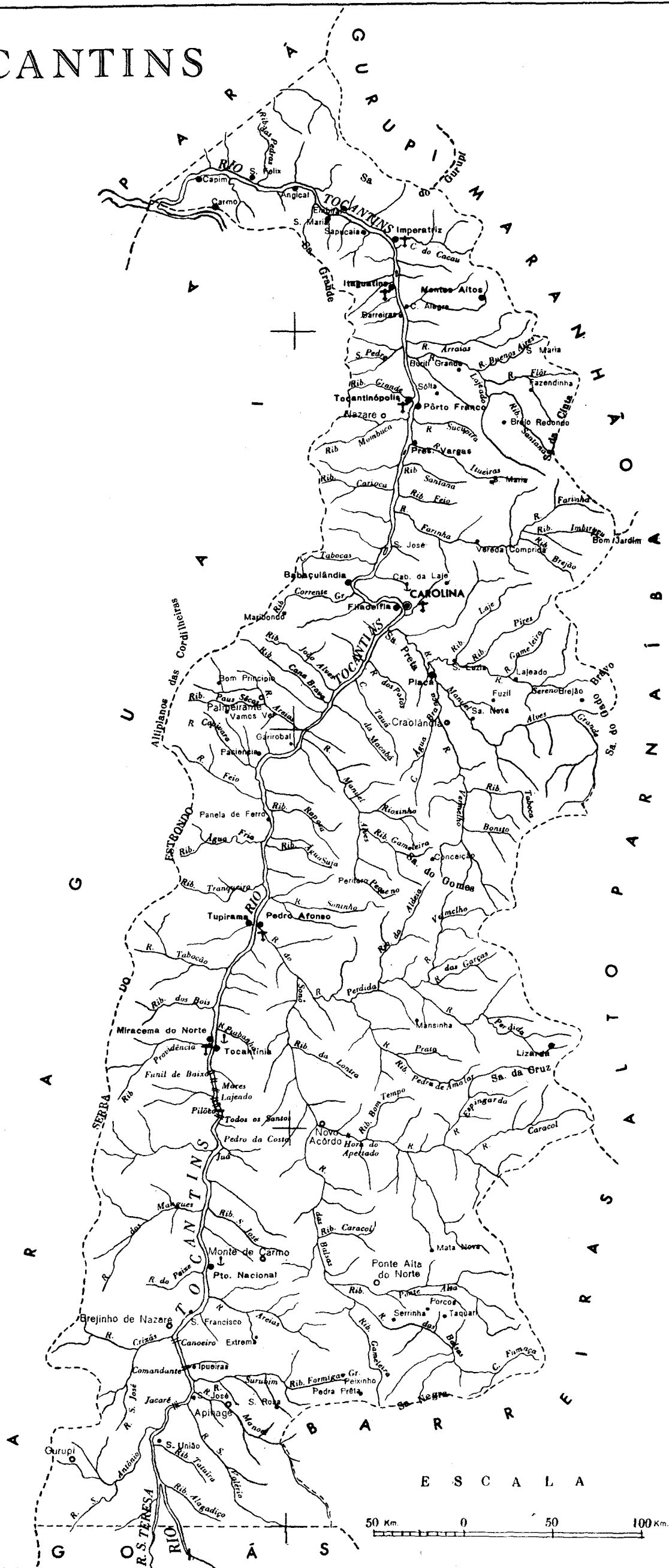


Fig. 29

“Ao invés de criar núcleos coloniais nos desertos do Oeste pelo fato de existirem lá terras públicas, a nova técnica é escolher cientificamente as áreas convenientes e torná-las públicas por desapropriação” (p. 54 — o grifo é nosso).

Discordamos dos que defendem a tese de que o interior só deverá ser ocupado quando a orla costeira estiver tôda bem equipada. O que julgamos uma aberração é a atual divisão política existente no Norte e no Centro-Oeste do país ¹⁸ Naturalmente, não se pode pensar em modificar a vida da população daqueles rincões sem primeiramente estudar os seus recursos naturais e, posteriormente, realizar-se um plano de aproveitamento de tais recursos Mas, a execução dos planejamentos exige grandes recursos financeiros, e êstes, na situação presente, só poderão ser feitos pelo governo federal, já que os governos estaduais daquelas áreas não podem arcar com tais ônus Também somos daqueles que não vêem com bons olhos tais empreendimentos entregues a emprêsas particulares

GUSTAVO CORÇÃO em recente conferência pronunciada no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, sob o título. “Mudança da Capital”, advoga ferrenhamente a idéia de que há precipitação em querer-se marchar para Oeste, tanto assim que diz “A tese a que quero chegar é que eu daria uma orientação 180° oposta à que está em voga, o país só pode ser rico, forte, desenvolvido, culto, se fortificar o tónus econômico, demográfico e cultural da zona ocupada Espalhar recursos, dissolver os meios e as forças. Antes disso, é evidentemente enfraquecer o país econômica e culturalmente Em outras palavras: em vez de marcha para o Oeste, seria integração do ecúmeno brasileiro, integração dêste arquipélago ainda mal soldado cultural e economicamente que forma o ecúmeno brasileiro Êste é o que me parece ser o verdadeiro programa, fecundo e bom, embora a palavra em si seja até mesmo rebarbativa e não encontraria certa fé pública, enquanto ‘Marcha para o Oeste’ é mais sugestivo e com valor mágico, mais enérgico do que a minha pessoa” ¹⁹

Ora, no mundo contemporâneo, está a desenvolver-se a filosofia positiva que sustenta a necessidade inadiável e imediata da ocupação das terras que, embora submetidas a soberanias insofismáveis, não estão sendo utilizadas convenientemente, pelo que não procede mais a sustentação de qualquer uma dessas soberanias A incapacidade revelada pelos países detentores de tais espaços, será suficiente para mostrar-se o princípio de que devem ser confiados aos mais capazes Não podemos, pois, deixar o interior desocupado O perigo é grande e exige a reflexão do

¹⁸ No texto do presente artigo temos procurado demonstrar que os vários autores que trataram dêste assunto são geralmente, acordes no que tange ao problema da mudança da capital federal e a uma revisão na divisão política existente O major ALFREDO CORREIA LIMA tratando dêste assunto disse: “Intimamente ligado ao problema da redivisão territorial, acha-se outo, de não menos importância, que é o da interiorização da capital federal Acreditamos mesmo que o primeiro passo para a execução de qualquer grandioso plano de redivisão seria êsse de levar, para o coração do país, a sua máquina propulsora, em primeiro lugar pela repercussão moral sobre os sentimentos regionalistas, abalos que seriam, nos seus alicerces, vindo a cosmopolita Rio de Janeiro perder a sua condição de capital, em segundo porque, centrada, mais fácil e eficientemente poderia a nova metrópole comandar o processo redivisionista” (“A Mudança da Capital Federal” in: “A Defesa Nacional” — Ano LI, n.º 471 — p. 127)

¹⁹ GUSTAVO CORÇÃO “Mudança da Capital” in: “Carta Mensal”, outubro 1959, ano V, n.º 55

povo brasileiro. Além do mais, a mudança da capital federal para Brasília, se fôr acompanhada de uma redivisão política na base da que propomos, certamente unificará toda a área ecumênica do país. Não se pode conceber que vastos trechos do Norte e do Centro-Oeste perma-

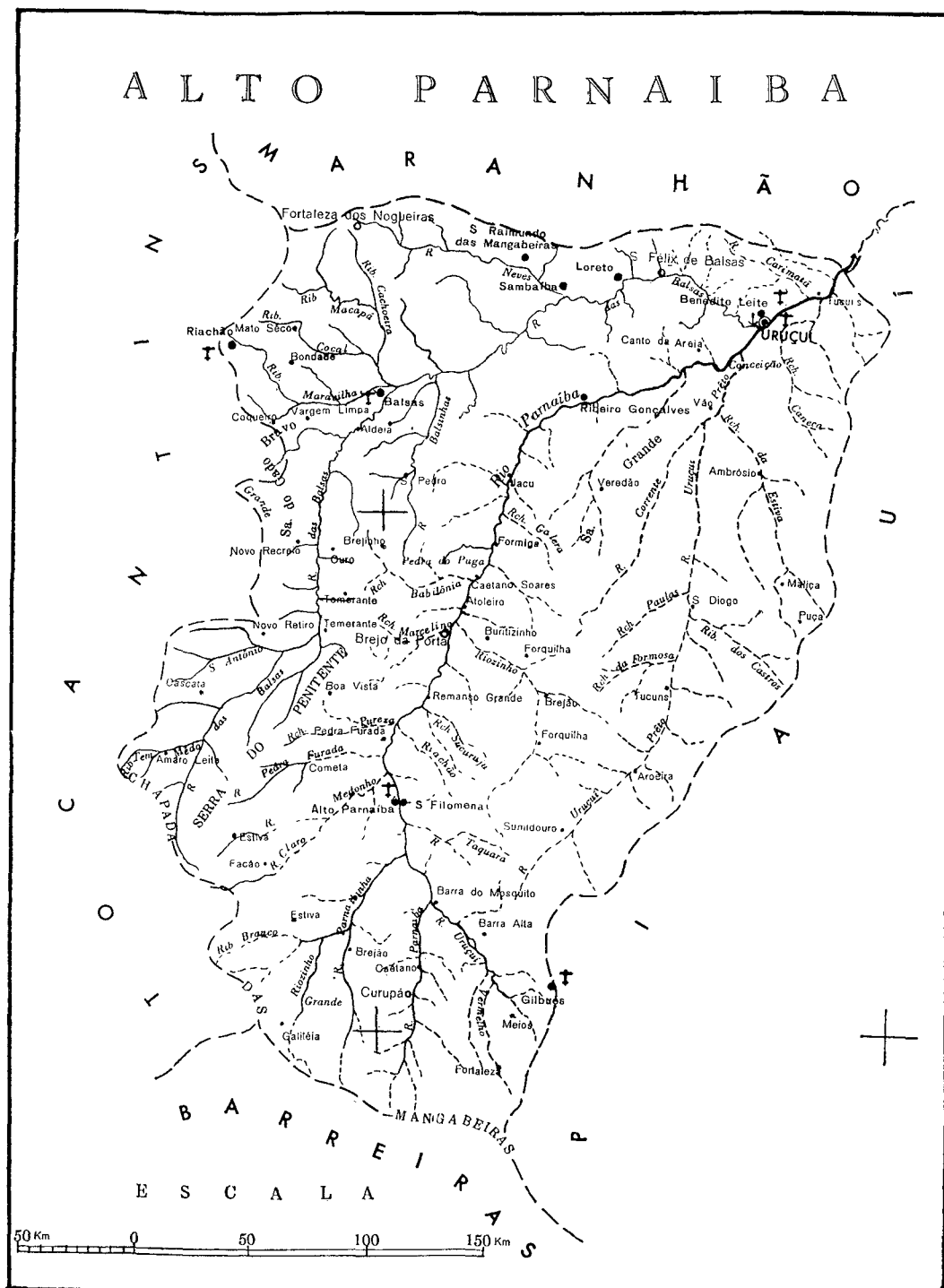


Fig 31



Fig. 32

neçam na situação de áreas com recursos em potencial. Estamos de acôrdo com GUSTAVO CORÇÃO, quando diz: “é com a carta geográfica com a carta geológica, com missões científicas, que devemos marchar para o Oeste e não com palácios e muito menos acredito que a nação brasileira seja integrada numa unidade próspera com êste pioneirismo. .”²⁰.

A mudança da capital para o interior trará grandes benefícios, todavia, não acreditamos que ela por si só possa proporcionar a marcha para Oeste. F. VERONESE AGUIAR, por exemplo, no seu artigo intitulado: “Brasília, marco de uma nova era” diz que a nova capital “pela magnitude do empreendimento é a meta das metas, a “meta-síntese” da planificação econômica do atual governo” (p. 7). E finaliza com o seguinte parágrafo “Marchemos para o Oeste para conquistarmos três milhões de quilômetros quadrados de solo brasileiro e darmos, em pleno trópico, uma lição de civilização a um mundo atribulado” (p. 8)²¹. Estamos de acôrdo com a interiorização da capital, mas o verdadeiro marco de transformação da vida do país, com o início de uma nova era, será o da redivisão política do “hinterland”.

Nenhum planejamento sério poderá ser feito sem primeiramente possuírmos um levantamento completo dos recursos naturais das diferentes áreas. Depois dêste primeiro levantamento teremos que medi-los, isto é, ver quantitativamente o seu real valor econômico. E, para isto necessitamos de missões técnicas e de boa cartografia, de coberturas aéreas, etc. Os estudos preliminares são da máxima importância, para se poder equacionar os problemas. As soluções empíricas poderão trazer grandes decepções para o futuro.

Ao traçarmos os limites dos diversos territórios, procuramos na medida do possível ficar presos aos divisores das bacias hidrográficas, pois no Norte é a artéria fluvial que liga entre si todos os agrupamentos populacionais. Também tentamos em parte respeitar os limites municipais ou interdistritais com o objetivo de facilitar os desmembramentos e a comparação dos dados estatísticos. Quanto às cabeceiras dos rios Tapajós e Xingu, deixamos fora dos limites dos dois territórios propostos, uma vez que a ligação econômica dessas áreas é para o sul e não para jusante. Também a questão de limites de municípios nesta área, como no Alto Parnaíba (Maranhão e Piauí), não foi possível ser respeitada.

Na quase totalidade os territórios propostos estão dentro da região de planejamento da SPVEA.

²⁰ GUSTAVO CORÇÃO, art. cit. p. 14. No nosso entender não é a simples mudança da capital federal que irá transformar a vida do interior do país. Neste particular recomendamos, por exemplo, a leitura do artigo do geógrafo baiano MILTON SANTOS, que faz justas ponderações a propósito da mudança da capital de seu estado natal (“Devemos transferir a capital da Bahia?”), dizendo que a melhor política a ser seguida, naquele caso era a da dinamização de certos núcleos urbanos importantes previamente escolhidos, desaconselhando a transferência da capital para o interior. No âmbito nacional, acreditamos que a mudança da capital federal sairia os verdadeiros efeitos, se fosse acompanhada de uma redivisão política.

A capital federal, por si mesma, não poderá altear plenamente a ocupação econômica de tão vasta área demograficamente desocupada como alguns acreditam.

²¹ F. VERONESE AGUIAR — “Brasília, marco de uma nova era” in: “Época, ano LIII, n.º 201, dezembro 1959 — pp. 7-8.

Também há o caso do território de Barreiras, que tem parte de sua área dentro do trecho de planejamento da CVSF. Qualquer estudo futuro terá que considerar, portanto, previamente, o que será feito por estes dois planejamentos regionais.

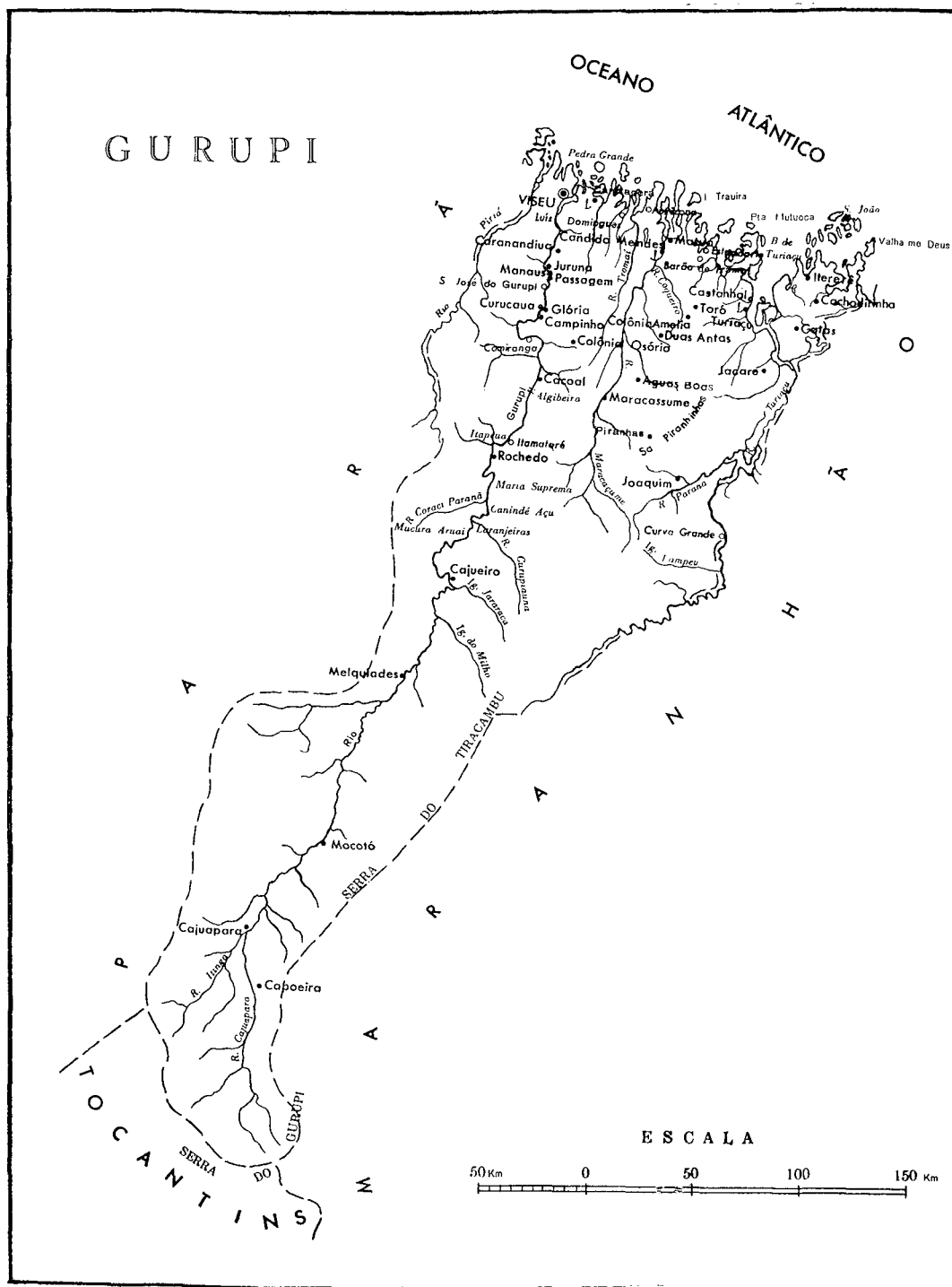


Fig 33

Na elaboração da presente proposta, há uma série de fatos para um debate amplo. Naturalmente que um trabalho de tal porte só poderá ser executado após um levantamento completo dos recursos econômicos. Neste primeiro esboço já se sente a influência dos divisores de água, ou, mais propriamente, da unidade das bacias hidrográficas, tendo em vista a função dos rios na área ora focalizada (região Norte e parte setentrional da região Centro-Oeste). Não fazemos presentemente um estudo circunstanciado da produção dos municípios de cada um dos territórios propostos, uma vez que pretendemos fazer futuramente um estudo geográfico de cada um. Assim, poderemos explanar com maior número de dados qualitativos e quantitativos a produção de cada território.

Desejamos ainda frisar que na delimitação por nós adotada, além do critério físico, fizemos intervir também os critérios político e econômico, como se poderá ver no mapa. Isto é que explica, por exemplo, que tenhamos deixado de fora as cabeceiras de rios importantes como as do Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós, pois aquelas áreas têm sua economia dirigida para o sul e não para o norte. Nesta proposta não levamos em conta o critério que alguns julgam ser indispensável, como o da equiárea, equipotência, etc.

O princípio básico do presente esboço, elaborado para debate, é o do fracionamento das áreas pouco habitadas e a intensificação de sua ocupação através de planos de melhor utilização de seus recursos naturais. Outro item a ser pôsto em relêvo é o da localização das futuras cidades capitais dos territórios propostos. No caso dos territórios do Aripuanã, Alto Tapajós e Alto Xingu, vê-se que as cidades capitais propostas se encontram no extremo setentrional da unidade federada. Mas a análise da carta política nos revela a ausência de qualquer outra cidade mais central dentro de tais áreas.

Este estudo visa suscitar a questão da redivisão política do país em bases que julgamos exequíveis, como primeira fase de um trabalho mais exaustivo em busca de um equilíbrio entre o desenvolvimento do Norte e do Sul. Nosso pensamento é o de que a transferência da capital federal exige, simultâneamente, uma revisão parcial na divisão política obsoleta que possuímos.

Conclusão

1 — A divisão política existente com grandes unidades praticamente despovoadas como as da Amazônia e Centro-Oeste está concorrendo para que cada vez mais se agrave o problema da desigualdade de crescimento econômico do país.

2 — A experiência que já se tem dos territórios federais criados em 1943, atesta que uma redivisão de áreas, isto é, a transformação de grandes superfícies subdesenvolvidas, trará a dinamização e, por conseguinte, tenderá a uma ocupação efetiva.

3 — A criação de um ministério dos territórios federais, de modo que os “planejamentos regionais” estabelecidos sejam executados pelos governadores, de acôrdo com o plano prèviamente estabelecido, é uma necessidade

4 — Como conclusão final, portanto, sustentamos a conveniência da transformação imediata de extensas áreas subdesenvolvidas da Grande Região Norte e do Centro-Oeste, em territórios federais. Como consequência, ter-se-á uma assistência direta e o planejamento imediato de todos os recursos nêles existentes.

Anexo n.º 1

NOVOS TERRITÓRIOS FEDERAIS

(ESTUDO PRELIMINAR)

ÁREAS E POPULAÇÕES ¹

MUNICÍPIOS ABRANGIDOS

1) — MONTE ALEGRE

Área	126.250 km ²
População	40.083 hab.

Municípios abrangidos:

Pará — Alenquer
 Almeirim
 Monte Alegre
 Óbidos *
 Prainha *

2) — TROMBETAS

Área	142.300 km ²
População	34.584 hab.

Municípios abrangidos:

Pará — Faro
 Óbidos **
 Oriximiná

3) — RIO NEGRO

Área	294.625 km ²
População	19.119 hab.

Municípios abrangidos:

Amazonas — Barcelos
 Ilha Grande
 Maués

4) — JAPURÁ

Área	77.250 km ²
População	8.642 hab.

Municípios abrangidos:

Amazonas — Fonte Boa *
 Japurá
 Marañ **
 Santo Antônio do Içá *

5) — JAVARI

Área	204.925 km ²
População ...	28.620 hab.

Municípios abrangidos:

Amazonas — Atalaia do Norte
 Benjamim Constant
 Carauari
 Fonte Boa *
 Juruá *
 Jutai
 São Paulo de Olivença **
 Santo Antônio do Içá *

6) — JURUA

Área	219.800 km ²
População	104.555 hab.

Municípios abrangidos:

Amazonas — Carauari **
 Eirunepé
 Envira
 Fonte Boa **
 Ipixuna
 Juruá

Acre — Cruzeiro do Sul
 Feijó **
 Sena Madureira **
 Tarauacá

7) — PURUS

Área	278.625 km ²
População	111.169 hab.

Municípios abrangidos:

Amazonas — Bôca do Acre
Canutama **
Lábrea
Pauini
Tapauá

Acre — Brasiléia
Feijó *
Rio Branco
Sena Madureira
Xapuri

8) — ARIPUANÃ

Área	181.450 km ²
População	20.640 hab.

Municípios abrangidos:

Amazonas — Borba **
Novo Aripuanã **
Maués *

M Grosso — Aripuanã **

9) — PARECIS

Área	180 925 km ²
População	36 927 hab

Municípios abrangidos:

M. Grosso — Cáceres
Poconé *
N S do Livramento **
Barra do Bugres *
Arenápolis *
Rosário Oeste **
Alto Paraguai **
Diamantino *
Mato Grosso

10) — ALTO TAPAJÓS

Área	309 425 km ²
População	10.862 hab.

Municípios abrangidos.

Pará — Itaituba **
Juruti *

M. Grosso — Aripuanã *
Chapada do Guimarães *
Diamantino *
Rosário Oeste *

Amazonas — Borba*
Maués *

11) — ALTO XINGU

Área	380 600 km ²
População	7 669 hab

Municípios abrangidos

Pará — Altamira **
Pôrto de Mós *
Prainha *

M Grosso — Barra do Garças *
Chapada do Guimarães *

12) — ARAGUAIA

Área	211 675 km ²
População	36 523 hab

Municípios abrangidos.

Pará — Conceição do Araguaia
Marabá *

M Grosso — Barra do Garças *

Goiás — Amaro Leite *
Araguacema
Araguatins
Babaçulândia *
Cristalândia
Crixás *
Filadélfia *
Itaguatins *
Miracema do Norte *
Pium **
Porangatu **
Tocantinópolis *

13) — TOCANTINS

Área 144.500 km²
 População 172.134 hab.

Municípios abrangidos:

Maranhão — Carolina
 Imperatriz **
 Montes Altos **
 Pôrto Franco
 Pres. Vargas
 Riachão **

Goiás — Babaçulândia **
 Filadélfia **
 Itacajá
 Itaguatins **
 Lizarda
 Miracema do Norte **
 Natividade *
 Pedro Afonso
 Peixe **
 Piaca
 Pium *
 Pôrto Nacional **
 Tocantínia
 Tocantinópolis **
 Tupirama

14) — BARREIRAS

Área 175.225 km²
 População 247.952 hab.

Municípios abrangidos:

Goiás — Arraias **
 Campos Belos
 Vianópolis
 Monte Alegre de Goiás *
 Natividade *
 São Domingos
 Taguatinga **

Bahia — Angical
 Barra *
 Barreiras
 Bom Jesus da Lapa **

Carinhanha *
 Correntina
 Cotejipe
 Ibipetuba
 Santa Maria da Vitória
 Santana

15) — GURUPI

Área 50.075 km²
 População 95.650 hab.

Municípios abrangidos:

Pará — Viseu
 Maranhão — Carutapera **
 Cândido Mendes
 Turiacu
 Cururupu
 Santa Helena

16) — ALTO PARNAÍBA

Área .. . 81.050 km²
 População 95.670 hab.

Municípios abrangidos:

Maranhão — Alto Parnaíba
 Balsas **
 Benedito Leite **
 Loreto **
 Riachão *
 Sambaíba **
 São Raimundo das Mangabeiras **
 Piauí — Bertolândia *
 Bom Jesus *
 Cristino Castro *
 Gilbués **
 Guadalupe *
 Ribeiro Gonçalves
 Santa Filomena
 Uruçuí **

NOTAS

¹ Área calculada pelo DG/SC em 1960 População do recenseamento de 1950, considerada concentrada nas sedes distritais para melhor distribuição

* Municípios parcialmente abrangidos, com as sedes fora dos territórios

** Idem, idem, com as sedes dentro dos territórios Os demais municípios estão totalmente abrangidos

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, F. Veronese — “Brasília, marco de uma nova era” in: “A Época” ano LIII, n° 201, dezembro 1959, págs 7 e 8
- BACKHEUSER, Everardo — “Problemas do Brasil”, Série A — Política, Coleção Omnia, Rio de Janeiro, 1933 (173 páginas, 1 mapa)
- BENEVIDES, Marisgesco de Alencar — “Os Novos Territórios Federais”, 264 páginas, Rio de Janeiro, 1946
- CARNEIRO, David Antônio da Silva — “Organização política do Brasil” 23 páginas, Rio de Janeiro, 1959
- CASTRO SOARES, Lúcio de — “Território do Rio Branco”, “Boletim Geográfico”, ano II, n° 17, agosto de 1944, págs 668-670
- CORÇÃO, Gustavo — “Mudança da Capital” in: “Carta Mensal”, outubro — 1959, ano V, n° 55, págs 3-14
- COSTA, Clovis Nova da — “Administração e Governo do Território Federal do Rio Branco”, “Revista do Serviço Público”, vol III, setembro-outubro, ns 1-2, páginas 7-25, Rio de Janeiro — DASP, 1948
- FARIA BRAGA, Luís de — “Reservas quanto ao projeto de nova reforma territorial”, “Revista Brasileira dos Municípios”, Conselho Nacional de Estatística, IBGE ano VII, n° 27, julho-setembro, 1954, págs 163-165
- FLEMING, Thiers — “Nova Divisão Territorial do Brasil”, Rio de Janeiro, 1939, 173 páginas, mapas
- GOMES, Pimentel — “Pontos dolorosos na América do Sul” in “Correio da Manhã” de 22-12-1959
- GUIOMARD, José — “Territórios Federais — Grandezas e Misérias” Separata da “Revista do Serviço Público” de dezembro de 1952, 23 páginas, Rio de Janeiro, 1954
- HORTA, Raul Machado — “Evolução do Federalismo” in “Digesto Econômico” ano XIII, n° 134, março-abril de 1957, págs 111-122
- LAMBERT, Jacques — “Os dois Brasis”, vol 1, da série Sociedade e Educação, INEP, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1959, (288 páginas)
- LIMA, Alfredo Correia — “Redivisão territorial do Brasil” in “A Defesa Nacional”, ano XL, n° 469, agosto, 1953, págs 143-153
- — “A Mudança da Capital Federal” in “A Defesa Nacional” ano XLI, n° 471, outubro de 1953, págs 127-127
- — “Um projeto de redivisão territorial do Brasil” in: “A Defesa Nacional” ano XL, n° 470, setembro de 1953, págs 113-123
- MEDEIROS Océlio de — “Administração Territorial”, 380 páginas, Rio de Janeiro, 1946
- — “Os Territórios Federais e os Problemas de Imigração e Colonização”, “Revista de Colonização e Imigração”, ano VIII, n° 2, junho de 1947, págs 26-40
- MEIRA MATOS — “Aspectos Geopolíticos de Nosso Território” “Revista Brasileira dos Municípios”, ano IV, n° 15, julho-setembro, 1951, págs 362-363
- MORTARA, Giorgio — “A população de fato do território do Rio Branco nas suas fronteiras”, “Boletim Geográfico”, ano II, n° 17, agosto de 1944, páginas 671-673
- NUNES, Osório — “O território do Rio Branco e a valorização da Amazônia”, “Anais da Comissão Especial do Plano de Valorização da Amazônia”, vol III, Rio de Janeiro 1949, págs 315-314
- — “O fracasso dos territórios” in “Diário de Notícias” de 20-9-1952
- OLIVEIRA, Américo L. Barbosa — “O desenvolvimento planejado da economia brasileira”, monografia n° 1, ano I, vol I, junho de 1946, 121 páginas
- OLIVEIRA, Xavier de — “Esbôço de uma redivisão política e territorial do Brasil”. (Conferência proferida na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, em 28 de março de 1946), “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, 1946, 9 páginas
- OLIVEIRA DIAS, Demosthenes — “Formação Territorial do Brasil”, (Origem e Evolução), Rio de Janeiro, 1956, 137 páginas e 2 mapas
- OURIQUE, Jacques — “O vale do Rio Branco”, 208 páginas, 85 figuras, 1 mapa, Manaus, 1906
- PEIXOTO, João Batista — “A mudança da capital e a redivisão territorial, dois magnos problemas geopolíticos, contra os quais não se têm argumentos” in: “A Defesa Nacional”, ano XLII, n° 494, setembro de 1955, págs 63-71
- RODRIGUES, Lysias A — “A Redivisão Territorial Política e o Território do Tocantins”, Rio de Janeiro, 1944, 23 páginas

- SANTOS, Milton — “Devemos transferir a capital da Bahia?” in “Revista Brasileira dos Municípios” ano XI, ns 43-44, julho-dezembro de 1958, págs 155-156 III, n° 12, outubro-dezembro, 1950, págs 1 041-1 060
- SILVA, Raimundo Pereira da — “Territórios Federais”, “Revista do Clube de Engenharia”, n° 50, novembro de 1938, págs 53-60
- SINDON, J M Othon — “O Rio Branco integrado esplêndidamente no progresso que marca os territórios”, “Câmbio”, ano IV, n° 13, julho de 1950, Recife
- TEIXEIRA DE FREITAS, M A — “Brasília, Capital do Brasil”, “Revista Brasileira dos Municípios”, ano II, n.º 6, abril-junho, 1949, págs 287-295
- — “A Localização da Nova Capital da República” (Carta ao Gal Djalma Poli Coelho), “Revista Brasileira dos Municípios”, ano II, n° 6, abril-junho, 1949 págs 273-286
- — “A Criação de Novos Territórios”, “Revista Brasileira dos Municípios”, ano III, n° 12, outubro-dezembro, 1950, págs 1041-1060
- — “O Reajustamento Territorial do Quadro Político do Brasil”, (Separata da “Revista Brasileira de Estatística”, ano VIII, n° 29), Rio de Janeiro, 1948, Serviço Gráfico do IBGE, (18 páginas, 1 mapa)
- — “A Redivisão Política do Brasil”, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1948, Serviço Gráfico do IBGE 30 páginas, 1 mapa
- TEIXEIRA GUERRA, Antônio — “A População do Território Federal do Amapá e a Importância das atividades Econômicas na sua Distribuição”, tese apresentada ao XVII Congresso Internacional de Geografia, realizado em Washington em 1952, publicação avulsa da Imprensa Oficial do Território do Amapá, 1952
- — “A rodovia Plácido de Castro e sua importância no povoamento e na colonização da região (Território Federal do Acre)”, “Revista Brasileira de Geografia”, ano XVI, n° 4, 1954
- — “Aspectos Geográficos do Território Federal do Acre”, “Revista Brasileira de Geografia”, ano XVI, n° 2, 1954
- — “Aspectos Geográficos do Território Federal do Guaporé”, “Boletim Geográfico”, ano XI, n° 112, 1953
- — “Estudo Geográfico do Território do Acre”, Biblioteca Geográfica Brasileira, Publicação n° 11, série A “Livros”, IBGE, CNG. Rio de Janeiro, 1955.
- — “Estudos Geográfico do Território do Amapá”, Biblioteca Geográfica Brasileira, Publicação n° 10 da série A “Livros” — IBGE, CNG, Rio de Janeiro, 1954
- — “Estudo Geográfico do Território do Rio Branco”, Biblioteca Geográfica Brasileira, Publicação n° 12 da série A — “Livros”, IBGE, CNG, Rio de Janeiro, 1957
- — “Notas sobre a pecuária nos campos do Rio Branco”, “Boletim Geográfico”, ano XII, n° 123, 1954
- — “Notas sobre as Habitações Rurais do Território do Rio Branco”, “Boletim Geográfico”, ano XIII, n° 125, 1955
- — “Notas sobre as Zonas Econômicas do Território Federal do Acre”, “Boletim Geográfico” ano XI, n° 115
- — “Observações Geográficas do Território Federal do Guaporé”, “Revista Brasileira de Geografia”, ano XV, n° 2, 1953
- SOUSA, José Pedro Galvão de — “Federalismo e Descentralização” in: “Digesto Econômico” — ano IX, n° 108, novembro de 1953, págs 65-70
- — “Federalismo e Democracia” in: “Digesto Econômico” ano VIII, n° 95, outubro de 1952, págs 81-86
- VIEIRA, Flávio — “Escolha do sítio para Brasília” in “Boletim Geográfico” ano XVII, n° 150, págs. 231-237.
- — “Caracterizar a influência que poderá exercer a mudança da capital para Brasília, no fortalecimento da unidade política e no desenvolvimento econômico do Brasil” in “A Defesa Nacional”, ano XLVI, n° 541, agosto de 1959, págs 45-46
- CNG — “Grande Região Norte” — Biblioteca Geográfica Brasileira, vol I, série A, 422 páginas, Rio de Janeiro, 1959
- IBGE — “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” vol I, A Grande Região Norte, 435 páginas, Rio de Janeiro, 1957
- — “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, vol. II, Grande Região Centro Oeste, 573 páginas, Rio de Janeiro, 1957
- — “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, vol. III, Região Meio Norte, 444 páginas, Rio de Janeiro, 1957
- — Conselho Nacional de Estatística — “Problemas de Base do Brasil”, Rio de Janeiro, 1955, 84 páginas
- — CAPES “Estudos de desenvolvimento regional” (Territórios Federais) Série Levantamento e análises — 23, 98 páginas, Rio de Janeiro, 1959

- "TERRITÓRIO DO RIO BRANCO" — Relatório apresentado ao Sr Ministro da Justiça, Dr Nereu Ramos, pela Comissão incumbida de realizar no território federal do Rio Branco, estudos e observações de ordem político-administrativa e composta por Edgard Teixeira Leite, Eunice Weaver e Clóvis Barbosa" — 1956, 68 páginas
- "Territórios são etapas para formação de estados" (Parecer do senador Cunha Melo ao projeto que instituiu a Lei Orgânica dos Territórios Federais) in: "Diário do Congresso" de 23-2-1958.
- "RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ EM 1944" — Apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo Capitão Janary Gentil Nunes, Governador do Território — 152 páginas Imprensa Nacional — 1946.

SUMMARY

Brazil's historical evolution of the territorial division is disposed chronologically in this task, since the settlement of the Hereditary Captaincies, with D João III, to the latest attempts. The origins of the problem are remarked by the authors, retrospectively.

The work is plentifully illustrated with demographic and economic schedules about some federate unities and federal territories, which counterbalanced the effort spent by them, that affirm conclusively the convenience of an urgent transformation of the wide under-developed areas in the Great Northern and Middle West Regions. They think this is the best way to solve the problems connected with the national interests in order to develop these vast regions and profit its natural resources.

In their considerations, they didn't forget the essential preceding studies based on an early survey relating to the possibilities of the region, on the point of view quantitative and qualitative.

With reference to the Northeast, East and South, it is proposed the re-establishment of the Territories of "Ponta Porã" and "Iguaçu" and it is also suggested the establishment of "Território de Barreiras", by making use of the dismembered areas situated in the States of "Bahia" and "Goiás".

Finally, it is given a political advice consisting in the institution of a department designed to the politic-administrative protection and the direction of these federate unities.

RÉSUMÉ

Dans cette étude, les auteurs coordonnèrent en ordre chronologique l'évolution de la division territoriale du pays en ressortissant son origine à l'époque de l'établissement des "Capitanias Hereditárias", avec D João III et son histoire jusqu'aux plus récentes essais.

Étant largement illustré, présentant des cadres démographiques et économiques de certaines unités — Territórios Federais — l'étude a répondu à l'effort des auteurs qui, dans leur conclusions, affirment la convenance d'une transformation immédiate des surfaces subdéveloppées de la Grande Région Nord et du Centre-Ouest en "Territórios". En tant que territoires ils seraient plus utiles à l'intérêt national non seulement pour le développement des énormes étendues comme pour l'exploration des richesses naturelles.

Les auteurs dans leur explication n'oublièrent pas l'organisation des plans indispensables ayant pour base des enquêtes préalables sur les possibilités de la région aux points de vue qualitatif et quantitatif.

Pour le nord-est, l'est et le sud, ils ont proposé le rétablissement des "Territórios de Ponta Porã et d'Iguaçu" et suggéré la création du Território de Barreiras avec le démembrement des zones des Etats de Bahia et de Goiás. Pour conclure ils suggèrent la constitution d'un Ministère destiné à la tutelle et à l'orientation politique-administrative de ces unités fédérées.